



COMPLEXO HOSPITALAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, 255, HU-CFF - Bairro Cidade Universitária  
Rio de Janeiro-RJ, CEP 21941-913  
- <http://ch-ufRJ.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23877.005983/2025-23

**TERMO DE REFERÊNCIA - PREGÃO SRP**

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS (SEM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA)**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. Este Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para contratação de serviço de empresa especializada na prestação de serviços de entrega e coleta de documentos, materiais e pequenas cargas, por motocicleta, a fim de atender as necessidades do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CH-UFRJ/Ebserh), vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, pertencente à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh), conforme especificações e demais condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh foi criada por meio da [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação - MEC, com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

2.2. A Ebserh é uma empresa estatal 100% dependente da União e cumpre o seu dever de prestar serviços de assistência à saúde de forma integral e exclusivamente inseridos no âmbito do SUS.

2.3. Trata-se da maior rede de hospitais públicos do Brasil. Suas atividades unem dois dos maiores desafios do país, educação e saúde, melhorando a qualidade de vida de milhões de brasileiros, por meio da atuação de uma rede que inclui a Administração Central da empresa e 45 Hospitais Universitários Federais - HUFs, apoiando e impulsionando suas atividades por meio de uma gestão de excelência.

2.4. Os hospitais da Rede Ebserh exercem a função de centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde - SUS e um papel de destaque para a sociedade. Como hospitais vinculados a universidades federais, essas unidades têm características específicas: além de atender por meio do SUS, primordialmente apoiam a formação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de pesquisas.

2.5. O CH-UFRJ/Ebserh é vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro e pertence a Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, onde atua para prestar assistência médica de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município do Rio de Janeiro e localidades, observando a sua contratualização de serviços junto aos gestores de saúde.

2.6. Este processo trata do registro de preços para eventual contratação de serviço de empresa especializada na prestação de serviços de entrega e coleta de documentos, materiais e pequenas cargas, por motocicleta, com o objetivo de garantir a continuidade e a eficiência no atendimento às demandas diárias dos serviços hospitalares e ambulatoriais prestados pelo Complexo Hospitalar da UFRJ (CH-UFRJ). O serviço abrange a entrega e a coleta de documentos oficiais, como ofícios, notificações, termos de cooperação e contratos destinados às unidades administrativas, bem como a entrega e a coleta de materiais transfusionais, exames laboratoriais e amostras biológicas — como urina, fezes, escarro, sangue e hemoderivados — para as unidades clínicas, assegurando, assim, o pleno desenvolvimento das atividades assistenciais, laboratoriais e administrativas essenciais ao funcionamento do complexo. Visando manter o pleno funcionamento das atividades organizacionais e cumprir com a missão de promover, de forma integrada, o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

2.7. Esta contratação ocupa um papel de destaque dentro do complexo sistema de compras hospitalares, uma vez que os serviços contratados são imprescindíveis para assegurar o pleno funcionamento das atividades administrativas, laboratoriais e assistenciais do CH-UFRJ/Ebserh, conforme se detalha a seguir:

2.7.1. Assegurar a logística eficiente de documentos e materiais sensíveis, garantindo que resultados de exames, prontuários, contratos, e outros documentos administrativos circulem com agilidade e segurança entre as diversas unidades do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CH-UFRJ/EBSERH). Este fluxo é fundamental para a manutenção da assistência hospitalar, da gestão administrativa e do cumprimento de prazos legais e regulatórios.

2.7.2. Atender demandas urgentes e inadiáveis, como o transporte de medicamentos, amostras laboratoriais, materiais médicos e insumos necessários ao funcionamento ininterrupto das atividades hospitalares. A contratação de empresa especializada permite a pronta resposta a situações emergenciais, contribuindo diretamente para a continuidade e qualidade do atendimento prestado aos pacientes.

2.7.3. Atender demandas administrativas: Atendimento das necessidades das Unidades Administrativas de entrega e coleta de documentos oficiais (ex: Ofícios, notificações, termos de cooperação, termos de contratos, termos aditivos, etc.)

2.7.4. Atender demandas assistenciais: Atendimento das necessidades das Unidades Clínicas, de entrega, coleta de documentos, materiais transfusionais e exames laboratoriais (ex: pedidos/resultados de exame, material de biópsia, amostras biológicas tipo urina, fezes, escarro, sangue, hemoderivados, etc).

2.7.5. Otimizar recursos e assegurar a economicidade na gestão hospitalar, evitando a alocação de servidores próprios para atividades externas e garantindo que o transporte de pequenas cargas ocorra de forma especializada, eficiente e a custos compatíveis com o mercado. Essa medida também reduz riscos relacionados ao transporte inadequado de materiais sensíveis e onerações desnecessárias à instituição.

2.7.6. Atender às exigências de segurança, rastreabilidade e controle de processos logísticos, garantindo que as entregas e coletas

sejam realizadas por profissionais habilitados e treinados, com registro adequado das atividades. Isso é essencial para mitigar riscos, atender às boas práticas de governança e demonstrar transparência em eventual análise de órgãos de controle

2.8. A contratação deste Termo de Referência encontra amparo legal no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pela Lei 14.133/2021.

2.9. Ressalta-se que a demanda pelos serviços de entrega e coleta de documentos e pequenas cargas ocorre de forma contínua e permanente, integrando a rotina operacional das unidades assistenciais e administrativas do CH-UFRJ. Tal característica reforça a adequação da utilização do Sistema de Registro de Preços, conforme o art. 85 da Lei nº 14.133/2021 e Acórdãos TCU nº 2.176/2022 e 1.767/2021 - Plenário.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de serviços de empresa especializada na prestação de serviços de entrega e coleta de documentos, materiais e pequenas cargas, por motocicleta, para atender o CH-UFRJ/Ebserh, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

3.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela 1 abaixo:

Tabela 1. Descrição dos itens					
Item	Descrição / Especificação	Identificação CATSER	Unidade de Medida	Quantidade Total	Participação
1	Prestação de Serviços de Motofrete para transporte de <b>materiais biológicos</b> com disponibilização de mão de obra e todos os insumos necessários à execução dos serviços (motocicleta, baú, motociclista, combustível, manutenção preventiva e corretiva, taxas, impostos, etc.)	20966	Unidade	140.000 km	Ampla
2	Prestação de Serviços de Motofrete para transporte de materiais de carga leve, <b>não biológico</b> com disponibilização de mão de obra e todos os insumos necessários à execução dos serviços (motocicleta, baú, motociclista, combustível, manutenção preventiva e corretiva, taxas, impostos, etc.)	20966	Unidade	22.500 km	Amp

3.2.1. A fim de evitar dúvidas interpretativas, complementa-se que a unidade de medida descrita como “unidade”, conforme padrão do CATSER, refere-se, para fins desta contratação, a 1 (um) quilômetro rodado.

3.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente contratação encontra respaldo no art. 3º, incisos I e II, do Decreto nº 11.462/2023, por se tratar de serviço passível de contratações permanentes e frequentes, cuja execução ocorrerá sob demanda, mediante requisições sucessivas e fracionadas ao longo da vigência da ata.

3.3.1. O serviço de motofrete destina-se a atender às demandas variáveis e imprevisíveis do CH-UFRJ, abrangendo o transporte de documentos, materiais e pequenas cargas e materiais biológicos, com acionamento condicionado à necessidade operacional de cada unidade. Assim, não há contratação imediata e integral do objeto, mas sim utilização gradativa e conforme necessidade, o que caracteriza adequadamente o enquadramento nas hipóteses dos incisos I e II do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023. Além disso, a natureza parcelada da execução justifica a adoção do SRP como modelo mais eficiente e econômico, permitindo à Administração:

- I - contratar somente conforme necessidade real;
- II - otimizar o planejamento logístico, especialmente por envolver diferentes unidades hospitalares com demandas variáveis;
- III - atuar em conformidade com os princípios da eficiência e economicidade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

3.4. Para fins de elaboração da estimativa de consumo do serviço a ser contratado por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), foi estabelecido o quantitativo máximo anual de 81.165 km, resultado da soma da média estimada de 4.229 km mensais, calculada com base no histórico de deslocamentos das unidades de suporte operacional do complexo, acrescida das observações do Grupo de Trabalho responsável pelo levantamento, mapeamento e definição do fluxo dos exames realizados em cada unidade (HU, IPPMG e ME), conforme detalhado no Anexo 55852678, dentro das quais estão contempladas as demandas dos laboratórios, incluindo epidemiologia, transplante de medula óssea e o laboratório da Maternidade Escola. Ressalta-se, ainda, que o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) passa a ser a unidade de referência para a execução de exames das demais unidades do complexo, atividade nova que exige a inclusão de uma margem de segurança para absorver o aumento previsto da demanda ao longo dos 12 meses de vigência da ata.

3.5. A memória de cálculo dos quantitativos foi elaborada com base no histórico de saídas dos veículos da frota atual, referentes aos últimos seis meses de operação nos hospitais HUCFF, IPPMG e ME. Os quantitativos foram informados pelos chefes de cada Unidade de Suporte Operacional do complexo hospitalar.

3.6. Ressalta-se que, até o momento, não houve contratação anterior de motocicletas, motivo pelo qual não existe registro prévio de memória de cálculo, conforme demonstrado no Anexo 54863591. As estimativas apresentadas foram fundamentadas nas saídas de cargas leves — como documentos e materiais biológicos — informadas por cada hospital, a partir de um levantamento dos locais atendidos rotineiramente, utilizado para o cálculo apresentado na Tabela 2.

3.7. A média mensal foi calculada com base nas viagens realizadas entre novembro de 2024 e abril de 2025, período escolhido por abranger a fase de transição da Ebserh na UFRJ e refletir maior maturidade no controle das saídas.

3.8. Considerando o quantitativo máximo anual de 81.165 km previsto para a execução dos serviços de motofrete, justifica-se a distribuição de 86,27% para o Item 1 e 13,73% para o Item 2, pelos seguintes motivos:

3.9. O Item 1 refere-se à Prestação de Serviços de Motofrete para transporte de materiais biológicos, atividade que apresenta maior demanda operacional, que necessitam de coletas e entregas diárias de amostras laboratoriais, exames, medicamentos e outros materiais sensíveis que exigem agilidade e constância no transporte. Além disso, esses transportes, em sua maioria, envolvem cargas leves e de pequeno volume, adequadas à utilização de motocicletas, otimizando a execução do serviço.

3.10. Já o Item 2, correspondente ao transporte de materiais de carga leve, não biológicos, embora também necessário ao funcionamento das unidades, ocorre de forma menos frequente, destinando-se geralmente a documentos administrativos, pequenos insumos e materiais diversos, cuja demanda é mais pontual.

3.11. Dessa forma, a proporção de 86,27% (70.000 km) para o Item 1 e 13,73% (11.165 km) para o Item 2 reflete melhor alocação dos recursos e atendimento às necessidades operacionais da rede de saúde, sem prejuízo da execução das atividades de menor demanda.

Tabela 2. Quilometragem média mensal de consumo

	Quilômetros/mês HUCFF	Quilômetros/mês IPPMG	Quilômetros/mês ME	Total CH- UFRJ
nov/24	1459	890	890	3239
dez/24	1801	1530	892	4223
jan/25	1995	1301	894	4190
fev/25	2150	1359	896	4405
mar/25	2305	1420	898	4623
abr/25	2250	1498	906	4654
Média Mensal	2000	1333	896	4229

3.12. **Da Revisão e Ampliação do Quantitativo Estimado:**

3.12.1. Para fins de definição do quantitativo estimado do serviço, optou-se pela ampliação da quilometragem inicialmente apurada, mediante aplicação de fator de ajuste equivalente à duplicação do volume estimado, com base em fundamentos técnicos e operacionais supervenientes ao levantamento inicial.

3.12.2. A decisão fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- Identificação de demandas anteriormente não mensuradas (demandas suprimidas), decorrentes da ausência de controle histórico consolidado em determinadas unidades do Complexo, o que pode ter subdimensionado o quantitativo inicialmente estimado;
- Implantação e ampliação de atividades laboratoriais, incluindo novos fluxos de exames e a intensificação das rotinas existentes, especialmente com a consolidação do HUCFF como unidade de referência para processamento de exames das demais unidades do complexo;
- Alteração do modelo logístico inicialmente previsto, considerando que, em cenário preliminar, o transporte de materiais biológicos seria compartilhado entre motocicletas e veículos automotores (objeto do processo nº 23877.006715/2025-29), tendo sido posteriormente definida a concentração integral dessa demanda no modal de motocicletas, o que implica aumento significativo da quilometragem necessária.

3.12.3. Nesse contexto, a ampliação do quantitativo visa mitigar riscos de insuficiência contratual, evitando a exaustão prematura da ata de registro de preços, o que poderia comprometer a continuidade dos serviços e demandar a realização de novo procedimento licitatório em curto espaço de tempo, em prejuízo aos princípios da eficiência e da economicidade.

3.12.4. Ressalta-se que o quantitativo estimado representa limite máximo de contratação, não gerando obrigação de consumo integral por parte da Administração, sendo os pagamentos condicionados à efetiva execução dos serviços.

Tabela 3. Principais lugares de rotina para carga leve

HUCFF	IPPMG	ME
• HUGG (Hospital Universitário Gaffrée e Guinle)	• Hemorio	• HUCFF (Hospital Universitário Clementino Fraga Filho)
• HUAP (Hospital Universitário Antônio Pedro)	• INCA (Instituto Nacional de Câncer)	• IPPMG (Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira)
• ME (Maternidade Escola)	• IFF (Instituto Fernandes Figueira)	• Hemorio (Hemocentro do Rio de Janeiro)
• Hospital Municipal Rocha Faria	• HM Francisco da Silva Teles	• INCA (Instituto Nacional de Câncer)
• Hospital Municipal Cardoso Fontes	• Hospital Evandro Freire	• HUPE (Hospital Universitário Pedro Ernesto)
• HFAG (Hospital de Força Aérea do Galeão)	• Hospital Albert Schweitzer	• Hospital Municipal Fernando Magalhães
• Hemorio (Hemocentro do Rio de Janeiro)	• Necker Pinto CMS	• Hospital Municipal Paulino Werneck
• Hospital Municipal Souza Aguiar	• Hospital Geral de Bonsuces	• Hospital Federal da Lagoa
• Hospital Getúlio Vargas	• Hospital Universitário Gaffrée e Guinle	• Hospital Municipal Miguel Couto
• Hospital de São João de Meriti	• Maternidade Escola	
• Hospital Geral de Nova Iguaçu	• HM Salgado Filho	
• Hospital Municipal da Taquara	• Hospital Universitário Pedro Ernesto	
• Hospital Federal da Lagoa		
• Hospital Mário Kroeff		
• HGB (Hospital Geral de Bonsucesso)		
• INCA (Instituto Nacional de Câncer)		
• IPPMG (Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira)		
• HUPE (Hospital Universitário Pedro Ernesto)		

3.12.5. A prestação do serviço será realizada sob demanda, de forma fracionada, conforme necessidade da unidade contratante. Essa previsão é necessária para contemplar a natureza flutuante e imprevisível das demandas logísticas do hospital, como o transporte de amostras

biológicas, documentos oficiais e materiais diversos, respeitando sempre o limite anual estimado.

3.12.6. Por fim, destaca-se que a distribuição mensal da quilometragem poderá variar, de modo que, mesmo em meses com consumo superior à média estimada (4.229km), não haverá irregularidade, desde que o total acumulado não ultrapasse os 55.823 km/ano registrados na ata

3.13. A descrição dos itens presentes nesta contratação foi realizada pela Unidade de Suporte Operacional do complexo hospitalar da UFRJ, considerando as instalações existentes e suas especificidades no dimensionamento das quantidades. Ainda, informa-se que na descrição dos serviços foram tomadas as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais, evitando detalhes considerados supérfluos ou desnecessários.

3.14. O objeto especifica os serviços a serem executados pela CONTRATADA, bem como estabelece os critérios, parâmetros, requerimentos mínimos de qualidade e condições gerais para a condução dos serviços sob sua responsabilidade.

3.15. Havendo divergência entre o descritivo do Termo de Referência e o descritivo do CATSER, **prevalece o descritivo apresentado neste Termo de Referência.**

### 3.16. **Parcelamento do Objeto**

3.16.1. Em conformidade com o princípio da economicidade, da eficiência e da busca pela proposta mais vantajosa, e visando a máxima competitividade do certame, a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) optou por parcelar o objeto da contratação em dois itens distintos (Item 1: Material Biológico e Item 2: Carga Leve Não Biológica).

3.16.2. Tal decisão está baseada no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0), que orienta a definição da solução (Art. 28, inciso I) e a seleção do fornecedor com vistas a garantir a máxima competição.

3.16.3. O parcelamento se justifica pela heterogeneidade técnica e legal das cargas a serem transportadas, o que resulta em exigências de habilitação e condições de execução fundamentalmente distintas.

### 3.17. **Da Classificação dos Serviços Comuns**

3.17.1. Os itens descritos neste Termo de Referência são classificados como serviços comuns em atendimento ao disposto no inciso IV do art. 32 da Lei 13.303/16, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais do mercado.

3.17.2. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

3.17.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 3.18. **Participação de ME/EPP**

3.18.1. Conforme disposto no art. 49, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, não será dado tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, pois a aplicação das regras previstas na referida Lei comprometeria os objetivos da licitação, especialmente no que se refere à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

3.18.2. Adicionalmente, nos termos do art. 48, inciso I, da mesma Lei, a exclusividade de participação para MEs e EPPs somente é permitida quando o valor estimado do item licitado não ultrapassar o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). No presente caso, o valor estimado supera este limite, o que inviabiliza legalmente a aplicação do tratamento diferenciado, especialmente quanto à exclusividade de participação.

### 3.19. **Execução Indireta**

3.19.1. No caso concreto não se aplica os dispositivos do Decreto n. 9.507/18 que trata da execução indireta mediante contratação de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, uma vez que a prestação de serviços objeto da contratação não demanda a utilização de profissionais com atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos e Salários da Ebserh.

3.19.2. Ademais estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh a empresa cujo administrador ou sócio seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh, independente do percentual de participação no capital social da empresa.

### 3.20. **Vistoria para a Licitação**

3.20.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante **PODERÁ** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h00min às 11h30min e 13h30min às 16h00min, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21) 3938-4711 com Unidade de Suporte Operacional do IPPMG do CH-UFRJ/Ebserh.

3.20.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

3.20.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação.

3.20.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.20.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.20.6. Os modelos de declaração de realização de vistoria ou declaração de opção de dispensa de vistoria estão demonstrados nos Anexos Declaração de Opção de Dispensa de Vistoria (51361208) e Anexo Declaração de realização de vistoria (51361248), respectivamente.

### 3.21. **Materiais a serem Disponibilizados**

3.22. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada não precisará disponibilizar materiais além das especificações no item

8.1.2.

### 3.23. **Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta**

3.23.1. Nos preços cotados deverão ser incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), a **confeção dos crachás de identificação para todos os colaboradores alocados na execução do contrato**, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação da proposta. Incluir motocicleta, baú, motociclista, combustível, manutenção preventiva e corretiva, etc.

3.23.2. No atendimento dos deslocamentos, são **vedados**:

3.23.3. A cobrança de quaisquer taxas adicionais ao valor do serviço contratado, tais como: transporte de bagagem, retorno, quantidade de passageiros, transporte de cargas, documentos e/ou materiais;

3.23.4. O pagamento de eventuais custos extraordinários pelo motorista, a ser registrado por este, com posterior inclusão do valor no atendimento realizado, de forma discriminada no recibo, por encargo da CONTRATADA, desde que com prévia autorização da CONTRATANTE.

3.23.5. Dispensará Planilha de Custos, pois o serviço prestado pode ser avaliado tecnicamente de forma objetiva na formação do mapa de preços. Ademais, os fornecedores, em razão do item anterior do Termo de Referência, devem elaborar a proposta contemplando todos os custos relacionados à prestação de serviços.

### 3.24. **Transição Contratual**

3.25. Em relação a transição contratual, a prestação do serviço em questão não enseja a necessidade de a Contratada promover transição contratual. Entretanto, será necessária a interação entre a empresa Contratada e o órgão Contratante, durante o período de execução do contrato, para fins de acompanhamento/fiscalização dos serviços e entregas do serviço licitado.

## 4. **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

### 4.1. **Condições de Participação**

4.1.1. A título de condições de participação, será verificado a inexistência no quadro de administração da CONTRATADA de pessoas com influência ou envolvidas em decisão de interesse exclusivo da EBSEH, em observância ao artigo 15, parágrafo único, da Política de Transações com partes relacionadas da empresa, a fim de afastar interesses secundários, ao qual será verificado por meio do link <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>.

4.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar declaração de que não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 69 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0 de impedimento de licitar e de ser contratada pela Ebserh, em especial que;

4.1.3. Ademais, a CONTRATADA deve apresentar declaração de que não possui administrador ou sócio que seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh, independente do percentual de participação no capital social da empresa.

### 4.2. **Habilitação jurídica, Fiscal, Trabalhista e Econômica**

4.2.1. As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal, trabalhista e econômica são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

### 4.3. **Habilitação - Qualificação Técnica**

4.3.1. A empresa contratada deverá atender, durante toda a vigência contratual, às seguintes condições e exigências mínimas para a execução adequada dos serviços:

4.4. **Possuir Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)**, comprovada por meio de consulta ao Portal da Anvisa, **sendo tal exigência justificada pela Resolução da Diretoria Colegiada -RDC nº 16, de 1º de abril de 2014 - Anvisa.**

4.4.1. Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

4.5. **Atestados de capacidade técnica** apresentados pela empresa que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto de que trata o processo dessa licitação;

4.5.1. Para verificação de capacidade técnica a apresentação do atestado de capacidade técnica deverá ser referente à execução do objeto por no mínimo 1 ano.

4.5.2. Os atestados de capacidade técnica-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.5.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

4.5.4. Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, através da apresentação de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado (original ou cópia);

4.5.5. A comprovação de que já executou objeto compatível será mediante a comprovação de experiência mínima de 01 ano na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados, conforme item 10.6, Anexo VII-A, da IN 05/2017 do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Justifica-se tal exigência como forma de assegurar a capacidade técnica do licitante para a execução satisfatória dos serviços contratados, com a qualidade, eficiência e segurança necessárias à Administração Pública. Tal exigência visa mitigar riscos relacionados à contratação de empresas que não possuam expertise prática suficiente para lidar com as especificidades e complexidades do objeto licitado, garantindo, assim, maior segurança na execução do contrato e evitando prejuízos decorrentes de falhas operacionais, retrabalho ou descumprimento de prazos e metas estabelecidas.

4.5.6. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;

4.5.7. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única

contratação;

4.6. **Declaração da licitante**, assinada pelo Representante Legal da empresa, de que apresentará, no prazo de 30 (dias) após a assinatura do Contrato, os documentos que comprovem a escolaridade e carteira de habilitação de cada profissional, exigidas neste Termo de Referência e seus Anexos .

4.6.1. A exigência de escolaridade mínima dos profissionais que atuarão na execução do serviço de motofrete justifica-se pela natureza das atividades a serem desempenhadas, que requerem a compreensão adequada de instruções operacionais, itinerários, normas de segurança, preenchimento de formulários e manuseio de documentos relativos à entrega e coleta de cargas.

4.6.1.1. Dessa forma, exige-se que os profissionais designados para a prestação dos serviços possuam, no mínimo, **ensino fundamental completo**, de modo a assegurar:

- a) A correta interpretação e execução de ordens de serviço;
- b) O adequado registro das ocorrências durante as rotas;
- c) A comunicação eficiente com as equipes administrativas e com os destinatários das entregas.

4.7. **Alvará de licenciamento sanitário (para item 1)**, documento expedido pelo órgão sanitário competente Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que autoriza o funcionamento dos estabelecimentos que exerçam atividades sob regime de vigilância sanitária

4.7.1. De acordo com o § 1º art. 7º da RESOLUÇÃO RDC Nº 504, DE 27 DE MAIO DE 2021, que dispõe sobre as Boas Práticas para o transporte de material biológico humano:

"O prestador de serviço terceirizado deve ser legalmente constituído e estar licenciado junto ao órgão de vigilância sanitária local competente, nos termos desta Resolução e das normas de vigilância sanitária federais, estaduais e municipais pertinentes".

4.7.2. Caso o Alvará Sanitário esteja vencido ou, no momento da análise documental, dentro do mês de vencimento, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento constante na legislação sanitária Municipal/Estadual ou Distrital da sede.

4.7.3. Caso a licitante seja dispensada do Alvará Sanitário, a mesma deverá apresentar documento que comprove a isenção.

4.8. **Alvará de funcionamento municipal (para item 2)** da sede da empresa.

4.9. **Registro do CNAE** (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) compatível com o objeto social e a atividade descrita no edital.

4.9.1. Toda a documentação apresentada pela licitante estará sujeita a diligências e/ou auditorias para comprovação da veracidade das informações prestadas.

4.9.2. Em respeito ao Acórdão nº 1621/201- Plenário e Acórdão nº 2031/2020 - Plenário do Tribunal de Contas da União, explica-se que a exigência do Atestado de Capacidade Técnica, versa a essencialidade de proteger, fundamentar e comprovar a qualificação técnica dos participantes da licitação no intuito de preservar ao máximo a competitividade do certame e impedir favoritismos ou direcionamentos, mas sem deixar de resguardar o interesse público da Administração ao contratar uma empresa que realmente demonstre ter todas as condições técnicas e operacionais para executar o contrato, nos padrões de qualidade exigidos.

4.9.3. A empresa disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

## 5. DETALHAMENTO DA PROPOSTA

### 5.1. PROPOSTA DE PREÇOS:

5.1.1. Durante o pregão eletrônico, a Contratada deverá enviar sua proposta contendo as seguintes informações:

- a) Descrição Detalhada do item;
- b) Identificação do CATSER;
- c) Unidade de Medida
- d) Quantidade Ofertada
- e) Preços Unitários e Preços Totais;
- f) Marca, fabricante e rótulo, quando aplicável;
- g) Prazo de validade, quando aplicável;
- h) Registro na Anvisa conforme Habilitação - Qualificação Técnica, quando aplicável;

5.1.2. Para cada item, a quantidade ofertada deverá ser igual ao quantitativo apresentado no quadro do item 3.2.

5.1.3. Após a fase de lances, a licitante deverá encaminhar, no prazo fixado em edital, a contar da convocação do agente de licitação, no sistema Comprasnet:

5.1.3.1. Proposta de Preços com os valores atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados;

5.1.4. Deverão constar na(s) proposta(s) os dados bancários das empresas como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados do representante legal da empresa, caso os mesmos ainda não tenham sido oportunamente informados a título de atualização/informação, junto ao Cadastro de fornecedores da Ebserh. In falta de tal informação, a Administração poderá solicitá-la em outro momento.

5.1.5. O CNPJ indicado nos documentos e na(s) proposta(s) de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação e a respectiva Fatura/Nota Fiscal.

### 5.2. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:

5.2.1. Nos preços cotados deverão ser incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), a **confeccção dos**

**crachás de identificação para todos os colaboradores alocados na execução do contrato**, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação da proposta. Incluir motocicleta, baú, motociclista, combustível, manutenção preventiva e corretiva, etc.

5.2.2. Dispensará Planilha de Custos, pois o serviço prestado pode ser avaliado tecnicamente de forma objetiva na formação do mapa de preços. Ademais, os fornecedores, em razão do item anterior do Termo de Referência, devem elaborar a proposta contemplando todos os custos relacionados à prestação de serviços.

## 6. REGIME DE EXECUÇÃO

6.1. Quanto ao regime de execução, em conformidade com o art. 8º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0), será adotada a contratação por *preço unitário*.

## 7. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

7.1. A **validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

7.2. A prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços poderá renovar os quantitativos a serem adquiridos, desde que haja acordo específico entre as partes. Inexistindo acordo entre as partes quanto à renovação dos quantitativos, a prorrogação apenas servirá à execução do saldo remanescente.

7.3. **Os contratos decorrentes da ata de registro de preços** terão vigência de 01 (um) ano, podendo serem prorrogados por interesse das partes até o limite de 5 (cinco) anos, a teor do que disciplina o art 71, caput, da Lei nº 13.303/2016 e art. 147, caput, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0), observada a regularidade da prestação dos serviços, bem como condições de preços compatíveis com o mercado.

7.4. Periodicamente, a cada 12 meses, sem necessidade de prorrogação formal, as partes poderão se reunir para negociar, obedecidos os limites legalmente admitidos, a manutenção ou extinção do contrato, sem qualquer repercussão negativa para a parte desistente;

7.5. A denúncia contratual, concedido um aviso prévio, possa ser realizada a qualquer tempo, desde que preservado um prazo inicial mínimo de 90 (noventa) dias, antes que se efetive a extinção do contrato.

7.6. Os contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0) somente poderão ser prorrogados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar por força do art. 150 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0).

7.7. Os contratos poderão sofrer alterações, por acordo entre as partes, nos termos do Art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e Art. 171 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

7.8. A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas contratações, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme artigo 177 do RLCE 2.0.

7.9. O CH/UFRJ emitirá Nota de Empenho para formalizar a obrigação de pagamento, nos termos previstos neste Termo de Referência e em conformidade com o art. 58 da Lei nº 4.320/1964.

7.9.1. A rescisão unilateral decorrente dos motivos elencados no art. 184 do RLCE 2.0 será efetivada após o regular processo administrativo.

7.9.2. A rescisão unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

7.9.3. A critério da Ebserh, caso exista risco ao regular funcionamento da unidade, o prazo referido no parágrafo anterior poderá ser reduzido ou ampliado.

7.9.4. Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o julgamento do processo administrativo, preferencialmente por meio eletrônico, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação no Diário Oficial da União.

7.9.5. Caso a imediata solução de continuidade do contrato traga prejuízos à Ebserh, a comunicação citada no parágrafo anterior poderá prever que os efeitos da rescisão serão operados em data futura.

## 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO PROCESSO

### 8.1. **Exigências para a execução dos serviços (no momento da contratação):**

8.1.1. A contratada deverá disponibilizar mão de obra e todos os insumos necessários à execução dos serviços como:

a) Motocicleta;

b) Baú, fixado de forma segura, lavável e impermeável com capacidade mínima de 70 litros, fechadura e trava necessário e dimensões mínimas de 45x 45x 35 cm (largura x profundidade x altura) a contemplar pelo menos uma caixa térmica de médio porte ou duas caixas térmicas de pequeno porte.

c) Motociclista;

d) Combustível;

e) Manutenção preventiva e corretiva da motocicleta;

f) Taxa, impostos da motocicleta pargos e vistoriados;

g) **Sistema de controle e monitoramento de temperatura das caixas térmicas**, a ser fornecido pela contratada, podendo consistir em **termômetro digital independente ou em caixa térmica com termômetro digital acoplado**, desde que permita a medição da temperatura interna da caixa sem necessidade de abertura. O sistema deverá apresentar display digital de fácil leitura, indicação em graus Celsius (°C), registro das temperaturas mínima e máxima, faixa de medição mínima de -20 °C a +50 °C, resolução mínima de 0,1 °C e alimentação por bateria, sendo compatível com o transporte de materiais biológicos por motocicleta. No caso de caixa térmica com termômetro digital acoplado, esta deverá atender integralmente às especificações das caixas térmicas previstas no item g, sem prejuízo do controle térmico exigido neste item. **(APENAS ITEM 1).**

h) **No início da vigência contratual**, a contratada deverá disponibilizar no mínimo os seguintes materiais, em **regime de comodato**, nas três unidades do Complexo Hospitalar da UFRJ (HUCFF, Maternidade Escola e IPPMG):

	Caixa pequena	Caixa média	Gelo reciclável
HUCFF	10	5	60
IPPMG	10	2	36
Maternidade	4	4	36
Total	24	12	132

- As caixas térmicas plásticas serão adequadas para o deslocamento do material. Deverão ter isolamento térmico, tampa capezes de manter a temperatura ideal, alças para manuseio, superfície interna lavável e sistema de controle e monitoramento de temperatura das caixas térmicas, destinadas ao transporte de material biológico pelo motociclista.
- As caixas térmicas deverão permitir a acomodação no baú de motocicleta de uma **caixa média (dimensões aproximadas de 35 × 25 × 31 cm — largura × profundidade × altura)** ou de duas **caixas pequenas (dimensões aproximadas de 30 × 20 × 24 cm — largura × profundidade × altura)**, respeitado o espaço útil interno do baú
- Gelo reciclável, acondicionado em embalagem plástica resistente, reciclável e atóxica, destinado à manutenção da temperatura interna de caixas térmicas durante o transporte de materiais termossensíveis.
- A quantidade de caixas térmicas e gelos recicláveis poderão ser alteradas de acordo com a demanda da CONTRATANTE, mediante comunicação prévia com a CONTRATADA.

## 8.2. **Exigências para a execução dos serviços:**

- 8.2.1. Os serviços serão prestados no perímetro urbano dos municípios de Rio de Janeiro e região metropolitana do Rio de Janeiro.
- 8.2.2. Os serviços serão prestados 07 (sete) dias por semana e 24 (vinte quatro) horas por dia, sem limite de quilometragem, todos os dias do ano, sem exceções, inclusive aos fins de semana, feriados e ponto facultativo, etc., conforme demanda da contratante.
- 8.2.3. A solicitação de entrega/coleta será feita pela contratante via e-mail, ou outro meio de comunicação, devendo o requisitante na presença do condutor preencher, assinar e carimbar o controle de requisição;
- 8.2.4. O fornecimento do bloco de requisições será de responsabilidade da Contratada, em quantidade suficiente para as necessidades do Hospital.
- 8.2.5. A entrega deverá ser protocolada, salvo expressa orientação em contrário.
- 8.2.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 8.2.7. As demandas de rotina poderão ser agendada com antecedência de 24h para materiais não biológicos.

## 8.2.8. **ROTINA DIÁRIA DE COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO**

- 8.2.8.1. A Contratada deverá atender, obrigatoriamente, à rotina diária de coleta de material biológico, a ser realizada de segunda-feira a sexta-feira, nas 3 (três) unidades indicadas pela Contratante, com destinos previamente definidos, conforme fluxo estabelecido conforme as tabelas 6 à 14.
- 8.2.8.2. Para essa rotina fixa, não será necessário chamado individual ou agendamento diário, devendo a Contratada cumprir automaticamente os horários e trajetos previamente pactuados.

## 8.2.9. **DEMANDAS EXTRAS**

- 8.2.9.1. As demandas extraordinárias ("extras") serão executadas exclusivamente mediante solicitação formal da Contratante, encaminhada por e-mail, ou outro meio de comunicação, previamente definido.
- 8.2.9.2. Considera-se como marco inicial para atendimento o momento da acusação de recebimento da solicitação pela Contratada, a partir do qual terá início a contagem do prazo máximo de 30 (trinta) minutos para a chegada do motociclista ao local indicado para coleta ou entrega, observado o perímetro de atuação estabelecido neste Termo de Referência.
- 8.2.9.3. Eventuais coletas ou entregas não previstas na rotina fixa, incluindo:
- amostras adicionais;
  - demandas fora dos horários programados;
  - solicitações em finais de semana, feriados ou horários extraordinários;
  - coletas em unidades diversas das contempladas na rotina;

## 8.2.10. **EXIGÊNCIAS RELACIONADAS A MOTOCICLETA E CONDUTOR**

- 8.2.10.1. O condutor da moto deve acessar as dependências internas do hospital, inclusive ingressando nas unidades e setores demandantes, a fim de realizar a coleta e/ou entrega dos materiais descritos nos itens 1 e 2, diretamente nos respectivos locais indicados.
- 8.2.10.2. O condutor da moto deverá estar no CH-UFRJ no prazo máximo de 30 (trinta) minutos a partir da acusação de recebimento da solicitação, contados a partir da solicitação.
- 8.2.10.3. Na execução dos serviços devem ser adotadas práticas sustentáveis aplicadas ao objeto contratado (ex: revisões periódicas, descarte de óleos e baterias de forma ambientalmente corretas, etc.)
- 8.2.10.4. As motocicletas deverão portar baú com capacidade mínima de 70 litros, dotado de fechadura e trava, com dimensões internas mínimas de 45 × 45 × 35 cm (largura × profundidade × altura), compatíveis com o transporte de caixas térmicas (com sistema de controle e monitoramento de temperatura), utilizadas pela contratada. O baú deverá comportar uma caixa térmica média, com



volume entre 20 e 26 litros e dimensões mínimas aproximadas de 38 × 28 × 30 cm (largura × profundidade × altura), ou duas caixas térmicas pequenas, cada uma com volume entre 7 e 12 litros e dimensões mínimas aproximadas de 28 × 22 × 25 cm (largura × profundidade × altura), respeitado o espaço útil interno do baú.

8.2.10.5. As motocicletas deverão ter no mínimo 150 cilindradas

8.2.10.6. A contratada deverá apresentar, no momento oportuno, a **licença** para operação do serviço de motofrete emitida pelo órgão de trânsito competente. Na fase de licitação, será aceita **declaração** de que a empresa dispõe ou reúne condições de obter e apresentar a referida licença no prazo e forma exigidos pela Administração.

8.2.10.7. A(s) motocicleta(s) a ser(em) utilizada(s) e respectivo(s) condutor(es) deverão observar as disposições contidas no Código Brasileiro de Trânsito, instituído pela Lei nº 9.503, de 23.09.97, e as atualizações introduzidas pelas Leis no 9.602, de 21 de Janeiro de 1998, no 9.792, de 14 de Abril de 1.999, no 10.517, de 11 de Julho de 2.002, no 10.830, de 23 de Dezembro de 2003 e no 12.009, de 29 de Julho de 2.009 e alterações, inclusões e exclusões posteriores ao Código Brasileiro de Trânsito que impactem na prestação de serviços de Moto frete;

8.2.10.8. A(s) motocicleta(s) deverão possuir protetor de motor "mata-cachorro", aparador de linha antena corta - pipas e deverá (ão) passar por vistoria semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança (Lei n.º 12.009, de 2009);

8.2.10.9. Os veículos utilizados na execução dos serviços deverão utilizar, **preferencialmente, combustíveis renováveis**, como etanol, biodiesel, gás natural veicular ou eletricidade, inclusive por meio de tecnologia "flex", conforme a Lei nº 9.660/1998. A exigência de uso exclusivo de combustíveis renováveis poderia restringir a competitividade do certame e reduzir o número de licitantes, contrariando o art. 11 da Lei nº 14.133/2021. Assim, a opção pela **preferência**, e não pela obrigatoriedade, concilia a sustentabilidade ambiental com a ampla participação e a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.2.10.10. O(s) condutor(es) envolvido(s) na prestação dos serviços deve(em) se encontram em conformidade com a Lei federal no. 12.009, de 29 de Julho de 2.009, bem como com a Resolução do CONTRAN nº 356/10, cumprindo os seguintes requisitos:

- Ter(em) no mínimo, 21 (vinte e um) anos completos;
- Possuir(em) respectiva(s) habilitação (ões), por pelo menos 2 (dois) anos, na categoria A;
- Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), decorrente de crime de trânsito, bem como estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

### 8.3. **Treinamento e Capacitação do Motofretista - exclusivo para o item 1**

8.3.1. O profissional responsável pelo transporte deve possuir:

- I - Comprovante de treinamento específico em biossegurança e transporte de material biológico.
- II - Registro da capacitação arquivado pelo contratante.

8.3.2. O treinamento deve abordar:

- I - Procedimentos em caso de acidentes, vazamentos e exposição.
- II - Limpeza e desinfecção do compartimento de transporte.
- III - Uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

8.3.3. Procedimentos Operacionais Padrão (POP)

8.3.3.1. Deve existir POP específico para transporte de material biológico por motocicleta, contemplando:

- I - Processo de limpeza, desinfecção e higienização do baú.
- II - Armazenamento e descarte de resíduos contaminados.
- III - Procedimentos em caso de vazamento, acidente ou quebra de amostra.
- IV - Checklist de verificação antes e após o transporte.
- V - Equipamentos e Estrutura do Veículo

### 8.4. **Conformidade Legal Complementar:**

8.4.1. O transporte em motocicleta só é permitido para materiais biológicos de risco mínimo ou isento (Categoria B - UN 3373).

8.4.2. É vedado o transporte em motocicleta de materiais de Categoria A (alto risco infeccioso).

8.4.3. O veículo e o condutor devem atender à legislação de trânsito e transporte de cargas (Lei Federal nº 12.009/2009 e normas municipais/estaduais aplicáveis).

### 8.5. **Disponibilidade para Fiscalização:**

8.5.1. A licitante poderá periodicamente fazer inspeção quanto a capacidade de armazenamento dos baús das motocicletas, caso haja a necessidade e entenda pertinente, a fim de garantir a segurança do transporte das amostras.

8.5.1.1. Todos os documentos (contratos, registros, POPs, treinamentos, rastreabilidade e fichas de emergência) devem estar disponíveis para apresentação à vigilância sanitária sempre que solicitado.

### 8.6. **Documentação Obrigatória - Transporte de Material Biológico por Motocicleta (RDC 504/2021 ANVISA) - exclusivo para o item 1**

8.6.1. **Instrumento Legal e Responsabilidades:**

8.6.1.1. Deve existir instrumento escrito (contrato ou termo de responsabilidade) entre remetente, transportador e destinatário, conforme Art. 26 da RDC 504/2021.

8.6.1.2. O documento deve definir claramente:

- I - Responsabilidades de cada parte (acondicionamento, transporte, recebimento).

- II - Condições específicas para transporte em motocicleta, incluindo tipo de baú, temperatura e segurança da carga.
- III - Medidas de biossegurança e rastreabilidade aplicáveis.

#### 8.6.2. Documento de Rastreabilidade da Carga:

8.6.2.1. O transportador deve portar documento que permita a rastreabilidade da expedição/carga, conforme Art. 32 da RDC 504/2021 (PARA O ITEM 1).

8.6.2.2. A empresa contratada, deve comunicar e comprovar ao remetente que entregou corretamente os materiais no local de destino por meio de e-mail, ou outro meio de comunicação.

8.6.2.3. O documento deve conter, no mínimo:

- I - Identificação do remetente e destinatário.
- II - Descrição do material biológico.
- III - Data e hora da coleta e do envio.
- IV - Nome do transportador e do motorista.

#### 8.6.3. Documentação de registro próprio de Expedição e Recebimento:

8.6.3.1. A CONTRATADA deverá emitir, para fins de controle e comprovação da execução contratual, **formulário ou relatório individual para cada atendimento** realizado (ITEM1 e ITEM 2), contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I - Identificação do Atendimento
- II - Registro do Acionamento contendo data e horário do registro da solicitação pela CONTRATANTE.
- III - Execução do Serviço contendo data e horário de início do atendimento (chegada ao local de coleta), Local de coleta do material (hospital, clínica ou unidade solicitante) e tipo de material transportado (material biológico, medicamento, vacina, material médico (ITEM 1 ou documentos (ITEM 2).
- IV - Local de destino do atendimento com data e horário de chegada ao destino
- V - Encerramento do Atendimento data e horário de término do atendimento, quilometragem inicial e final do atendimento e quilometragem total percorrida
- VI - Comprovação da Entrega: nome, cargo e assinatura do responsável pelo recebimento no destino
- VII - Observações: registro de ocorrências, intercorrências ou desvios relevantes, quando houver

#### 8.7. Modelo de Execução do Objeto:

8.7.1. A execução dos serviços será iniciada em até 15 dias após a assinatura da Ata, na forma que segue:

- a) Os serviços serão prestados no perímetro urbano dos municípios do Rio de Janeiro e Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, para atender a demanda do CH-UFRJ composto pelo Hospital Federal Universitário do Rio de Janeiro, Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG) e Maternidade Escola.
- b) Os serviços serão prestados 07 (sete) dias por semana e 24 (vinte quatro) horas por dia, todos os dias do ano, sem exceções, inclusive aos fins de semana, feriados e ponto facultativo, etc., conforme demanda da contratante.
- c) A solicitação de entrega/coleta será feita pela contratante via e-mail , ou outro meio de comunicação, com atendimento efetuado mediante comparecimento do motociclista ao local do indicado pela contratante no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, contados a partir do recebimento da solicitação.
- d) O requisitante na presença do condutor deve preencher, assinar e carimbar o controle de requisição.
- e) A entrega deverá ser protocolada, salvo expressa orientação em contrário.
- f) As demandas de rotina poderão ser agendada com antecedência de 24h (ITEM 2);
- g) As demandas de rotina para os materiais biológicos deverá cumprir a rotina conforme tabelas 6 à 14., salvo necessário alterações futuras.
- h) Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a contratada deverá apresentar justificativa à fiscalização do contrato para análise e manifestação sobre aceitação ou não das justificativas apresentadas;
- i) É vetado o transporte de valores, tais como: moeda corrente nacional ou estrangeira de valor expressivo, jóias ou similares ou qualquer outro objeto estranho às atividades do CH-UFRJ/EBSERH;
- j) A Execução do objeto será para o complexo hospitalar da UFRJ, que inclui:

Tabela 5. Endereços e contatos Ch-UFRJ

Hospital Universitário Clementino Fraga Filho - HUCFF	Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco 255 (Cidade Universitária), RJ, 21941-590	usophucff.ch-ufrrj@ebserh.gov.br	(21) 3938-2796/ramal 2794
Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira - IPPMG	R. Bruno Lobo, 50 - Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 21941-912, Brasil	usopippmg.ch-ufrrj@ebserh.gov.br	(21) 3938-4711/ramal 4711
Maternidade Escola - ME	Rua das Laranjeiras, 180, Laranjeiras, Rio de Janeiro.	usopme.ch-ufrrj@ebserh.gov.br	(21) 3938-0536/ramal 222

8.7.2. O ponto de encontro para retirada ou entrega das coletas das amostras biológicas e não biológicas (**ITEM 1**) e (**ITEM 2**) pelo motociclista deverá ser nos seguintes locais:

Tabela 6. Local de retirada dos materiais (origem CH-UFRJ)

Unidade do CH-UFRJ	Ponto de coleta e entrega	Horário de entrega nas unidades
Maternidade Escola	Unidade de análises clínicas (laboratório térreo)	Até as 15h
IPPMG	Unidade de análises clínicas (laboratório- 2º andar)	Até as 15h
HUCFF (ULAC1)	Unidade de análises clínicas (recepção do laboratório 3º andar/ patologia clínica)	Até as 15h
HUCFF/ Epidemio	5º andar-núcleo de vigilância epidemiológica (sala 5A 28)	Até as 15h
HUCFF/ Laboratório de Medula Óssea	8º andar (setor 8F)	-----
IPPMG	Hemoterapia	Até as 15h
Maternidade Escola	Hemoterapia	Até as 15h
HUCFF	Hemoterapia (3º andar)	Até as 17h

8.7.2.1. A CONTRATANTE será responsável por organizar e disponibilizar a amostra ou material referente ao ITEM 1 no ponto previamente definido para coleta, assegurando que o material biológico esteja devidamente preparado e pronto para retirada nos locais indicados no item 8.7.2., pelo motociclista designado pela CONTRATADA.

8.7.2.2. A CONTRATANTE será responsável por preparar e disponibilizar os materiais referentes ao ITEM 2, no ponto previamente definido para coleta, assegurando que tais itens estejam devidamente organizados, identificados e prontos para retirada nos locais indicados no item 8.7.2, pelo pelo motociclista designado pela CONTRATADA.

8.7.3. A amostra ou o material referente ao ITEM 1 e ITEM 2, quando ao condutor da moto no local indicado, deverá ser previamente registrado em protocolo próprio da unidade hospitalar, devendo o referido profissional assinar o relatório e comprovante de retirada de material (Anexo IV - 57145908), emitido pela contratante em duas vias, uma para a contratante e outra para a contratada, sendo a assinatura desse documento condição indispensável para a liberação e retirada do material da unidade hospitalar pelo motociclista.

8.7.4. No caso de materiais biológicos **ITEM 1**, o seu transporte ocorrerá por meio de **sistema de troca de caixas térmicas e de gelos recicláveis**.

8.7.4.1. Nesse sistema, a **CONTRATANTE** entregará o material biológico devidamente acondicionado em **caixa térmica contendo gelo reciclável**.

8.7.4.2. Cabendo à **CONTRATADA** proceder à retirada da referida caixa para fins de transporte, bem como proceder a conferência dos materiais e a assinatura do relatório e comprovante de retirada de material, conforme (Anexo IV - 57145908).

8.7.4.3. A CONTRATADA, **no mesmo ato**, deverá realizar a entrega de **outra caixa térmica vazia, de semelhantes características técnicas**, previamente **reabastecida com gelo reciclável**, assegurando a manutenção das condições adequadas de conservação do material, conforme as especificações previstas neste Termo de Referência e as condições constantes nas Tabelas 6 à 14.

8.7.5. Caberá à CONTRATANTE indicar à CONTRATADA, no momento do acionamento do serviço, o tamanho adequado da caixa térmica a ser utilizada para cada transporte, considerando as características e o volume do material, devendo informar, conforme o caso, a utilização de caixa térmica de pequeno porte ou de médio porte, bem como o respectivo quantitativo.

8.7.6. Os serviços realizados ficam sujeitos a avaliação técnica pelo contratante, sob pena de apuração de irregularidade na execução contratual.

Tabela 7. FLUXOGRAMA DE SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO E ATENDIMENTO DA DEMANDA

Id	FLUXOGRAMA DE SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO E ATENDIMENTO DA DEMANDA	REQUISITOS	OBSERVAÇÃO
1	Solicitação da moto pelo usuário à Unidade de Transporte, de segunda-feira a sexta-feira, horário de expediente de 08h às 17h. No horário pós expediente e finais de semana, o usuário poderá fazer o acionamento diretamente (a ser definido)	A solicitação deve conter: a finalidade da viagem e os documentos, materiais, cargas que necessitam de transporte	-
2	Unidade de transporte / setor solicitante repassa a demanda para a Contratada	A partir do momento de acusação de recebimento, dá-se o início da contagem do tempo de 30 (trinta) minutos para chegada da moto no local indicado, em caso de demanda urgente. Em caso de demanda de rotina, será encaminhado para contrada em até 24 horas de antecedência para agendamento ou para os materiais biológicos (ITEM 1) deverá cumprir a rotina conforme tabela 6 à 13.	No caso de serem extrapolados os 30 (trinta) minutos de chegada da motocicleta, deve a Contratada justificar à Equipe de Fiscalização os motivos para a demora
3	Contratada gerencia o motociclista e a moto destinados ao atendimento da demanda	Deve a Contratada comunicar à unidade de transporte/ setor solicitante, a moto e o piloto que prestarão o serviço	-
4	Disponibilização do veículo e o motociclista designados para atendimento no endereço de origem da solicitação, usualmente o CH-UFRJ	Chegada do veículo deve se dar no período de tempo pré-definido, com 30 (trinta) minutos de tolerância	No caso de serem extrapolados os 30 (trinta) minutos de chegada da viatura, deve a Contratada justificar à Equipe de Fiscalização os

			motivos para a demora
5	O registro do atendimento será iniciado somente a partir da chegada do material na moto	A entrega do material referente ao ITEM 1 e ao ITEM 2 ao profissional responsável pelo transporte deverá ser previamente registrada em protocolo da unidade hospitalar, sendo obrigatória a assinatura do comprovante de retirada, em duas vias, como condição para a liberação do material.	A coleta dos materiais descritos nos ITENS 1 e 2 deverá ser realizada diretamente pelo motociclista da contratada nas unidades ou setores demandantes do hospital, cabendo-lhe dirigir-se <b>imediatamente</b> ao local indicado para retirada do material junto ao responsável pela liberação.
6	Término do deslocamento no local de origem da solicitação	Conferência do relatório ou formulário individual de deslocamento, elaborado pela CONTRATADA conforme o item 8.6.3.1, e assinatura da unidade de transporte.	A assinatura da unidade de transporte no relatório ou formulário individual de deslocamento atesta a conclusão do atendimento e constitui condição indispensável para a validação do serviço, sem prejuízo de posterior conferência pela Equipe de Fiscalização.
7	Aferição da quilometragem final	Deve a unidade de transporte registrar devidamente a quilometragem inicial, final, local de saída e chegada, bem como os horários de partida e chegada	O relatório individual de atendimento emitido pela CONTRATADA, contendo a quilometragem, constitui documento obrigatório para fins de fiscalização, comprovação da execução contratual e apuração de eventuais intercorrências.
8	Informação à Equipe de Fiscalização do término do deslocamento, via aplicativo de mensagens ou relatório	Pela CONTRATADA	Deve a Equipe de Fiscalização comparar o relatório disponibilizado pelo contratante com o relatório da gestão da Contratada, a fim de averiguar as informações concernentes ao período de tempo, quilometragem e local de atendimento da demanda

8.7.7. Para o cumprimento da rotina diária, que deve ser executada sem necessidade de chamamento prévio ou agendamento, é imprescindível a realização de coletas de material biológico nas três unidades, de segunda a sexta-feira, com destinos previamente definidos, conforme apresentado nos quadros abaixo. Dessa forma, a solicitação de serviço deverá ocorrer apenas para as amostras adicionais que não estejam contempladas na rotina das três unidades, seguindo o fluxo proposto neste documento.

8.7.8. No caso da demanda do Núcleo de Vigilância Epidemiológica do HUCFF, esta deverá seguir o fluxo de amostras extras, uma vez que não há periodicidade definida para a retirada dos insumos. A demanda é imprevisível e ocorre conforme as necessidades dos atendimentos e das internações, devendo, portanto, ser solicitado o serviço de moto frete mediante agendamento prévio.

Tabela 8. Demanda de retirada de material biológico do laboratório de Medula Óssea do HUCFF

Exame	Destino	Frequencia*	Dias da semana	Horário**	Material	Tipo de caixa***	Temperatura
Tipagem HLA	UERJ	Semanal	Terça, quarta ou quinta	10h	Sangue e swab	caixa térmica rígida <b>sem gelo</b>	ambiente (20-25 °C)
Anticorpos anti HLA	UERJ	Uma a duas vezes por mes	Terça, quarta ou quinta	10h	Sangue	caixa térmica rígida <b>com gelo reciclável</b>	refrigerado (2-8 °C)
Crossmatch	UERJ	Uma a duas vezes por mes	Terça, quarta ou quinta	10h	Sangue	caixa térmica rígida <b>com gelo reciclável</b>	refrigerado (2-8 °C)
Quimerismo	INCA	Uma a duas vezes por mes	Quarta	10h	Sangue e Medula óssea	caixa térmica rígida <b>sem gelo</b>	ambiente (20-25 °C)
Cariótipo	UERJ e INCA	Semanal	Terça, quarta e quinta	10h	Sangue e Medula óssea	caixa térmica rígida <b>sem gelo</b>	ambiente (20-25 °C)
Bio molecular	INCA	Semanal	Terça, quarta e quinta	10h	Sangue e medula óssea	caixa térmica rígida <b>com gelo reciclável</b>	refrigerado (2-8 °C)
Imunofenotipagem	IPPMG e UERJ	Semanal	Terça, quarta e quinta	10h	Sangue e medula óssea	caixa térmica rígida <b>sem gelo</b>	ambiente (20-25 °C)
Galactomanana	UERJ	Semanal	Terça, quarta e quinta	10h	Sangue e material respiratório (lavado broncoalveolar)	caixa térmica rígida <b>com gelo reciclável</b>	refrigerado (2-8 °C)
PCR viral	INCA	Semanal	Terça, quarta e quinta	10h	Sangue, líquido e material respiratório (lavado broncoalveolar)	caixa térmica rígida <b>com gelo reciclável</b>	refrigerado (2-8 °C)

Tabela 9. Demanda de retirada de material biológico do laboratório patologia clínica HUCFF

Exame	Destino	Dias da semana	Horário**	Material	Tipo de caixa***	Temperatura
Diversos (Qualquer exame em caráter de contingência)	IPPMG eventualmente	2/ a 6ª	Segunda à sexta às 10:30h	Sangue, líquido	caixa térmica rígida <b>com e sem gelo reciclável</b>	Refrigerado (2-8º C)

Tabela 10 . Demanda de retirada de material biológico do laboratório do IPPMG

Exame	Destino	Frequência	Dias da semana e horários	Material	Tipo de caixa	Temperatura
Microbiologia/sorologias/hormônios/coagulação.	HUCFF	Diariamente	Segunda à sexta às 10:30h	Sangue, urina, secreções e swabs.	Caixa térmica rígida com gelo reciclável	Refrigerado(2-8º C) e temperatura ambiente.
Microbiologia, coagulação	HUCFF	Quando necessário	7 dias da semana, qualquer horário.	Sangue, urina, secreções e swabs.	Caixa térmica rígida com gelo reciclável	Refrigerado(2-8º C) e temperatura ambiente.
Diversos	LACENN	Quando necessário	Segunda à sexta às 08:00 as 14:00.	Sangue, urina, secreções e swabs.	Caixa térmica rígida com gelo reciclável	Refrigerado(2-8º C) e temperatura ambiente.
Diversos	LABEIM	Quando necessário	Segunda à sexta às 08:00 as 16:00.	Sangue e urina.	Caixa térmica rígida com gelo reciclável	Refrigerado(2-8º C).
Diversos	NEEDIER	Quando necessário	Segunda à sexta às 08:00 as 16:00.	Sangue.	Caixa térmica rígida com gelo reciclável	Refrigerado(2-8º C).
Diversos	Instituto Oswaldo Cruz	Quando necessário	Segunda à sexta às 08:00 as 12:00.	Sangue.	Caixa térmica rígida com gelo reciclável	Refrigerado(2-8º C).

Tabela 11. Demanda de retirada de material biológico do laboratório da Maternidade Escola/ME

EXAME	DESTINO	FREQUÊNCIA	DIAS DA SEMANA	HORÁRIO	MATERIAL	TIPO DE CAIXA	TEMPERATURA
Microbiologia, Imunologia, Endocrinologia	HUCFF	Diariamente	Segunda à sexta ou finais de semana e feriados quando for necessário	10:30 ou quando necessário	Sangue, urina, swabs.	Caixa térmica rígida com ou sem gelo reciclável	Refrigerado (2-8º C) Temperatura ambiente (20-25º C)
Painel viral	LACEN (Laboratório Central de Saúde Pública Noel Nutels): R. do Resende, 118 - Centro/RJ	Quando há demanda.	Não se aplica.	10:30 ou quando necessário	Swabs, aspirado traqueal, líquido.	Caixa térmica rígida com gelo reciclável	Refrigerado (2-8º C)
Coagulograma, Bioquímica e gasometria	INCL (Instituto Nacional de Cardiologia): R. das Laranjeiras, 374 Laranjeiras /RJ	Quando há demanda.	Não se aplica.	10:30 ou quando necessário	Sangue	Caixa térmica rígida com gelo reciclável	Refrigerado (2-8º C)
GBS	CCS (Centro de Ciências da Saúde): Av Carlos Chagas Filho, 373 Cidade Universitária/ RJ	Duas vezes por semana	Terças e quintas	10:30	Swabs	Caixa térmica rígida com gelo reciclável	Refrigerado (2-8º C)
Biologia molecular e endocrinologia	HUAP (Hospital Universitário Antônio Pedro): Av Marquês de	Quando há demanda.	Não se aplica.	10:30 ou quando necessário	Sangue	Caixa térmica rígida com gelo reciclável	Refrigerado (2-8º C)

	Paraná, 303 Niterói/RJ						
Bioquímica e endocrinologia	HESFA (Hospital Escola São Francisco de Assis): Av Presidente Vargas, 363 Centro/RJ	Quando há demanda.	Não se aplica.	10:30 ou quando necessário	Sangue	Caixa térmica rígida com gelo reciclável	Refrigerado (2-8° C)
Bioquímica, cariótipo e biologia molecular	IFF (Instituto Fernandes Filgueira): Av Rui Barbosa, 716 Flamengo /RJ	Quando há demanda.	Não se aplica.	10:30 ou quando necessário	Sangue	Caixa térmica rígida com gelo reciclável	Refrigerado (2-8° C)

Tabela 12. Demanda de retirada de insumos pelo Núcleo de Vigilância Hospitalar/USPVS 1- no HUCFF

INSUMO	LOCAL DE RETIRADA	BAIRRO	CONDIÇÕES DE TRANSPORTE
Vacinas	Centro Municipal de Saúde Necker Pinto	Ilha do Governador	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (2°C a 8°C).
	CVA/UFRJ	CCS/UFRJ	
Imunobiológicos especiais	CRIE- INI/Fiocruz	Manguinhos	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (2°C a 8°C).
	CRIE- MAG	Botafogo	
Soro antirrábico	Hospital Municipal Rocha Maia	Botafogo	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (2°C a 8°C).
Soros (anti-veneno)	Hospital Municipal Lourenço Jorge	Barra da Tijuca	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (2°C a 8°C).
	INI/Fiocruz	Manguinhos	
	Hospital Municipal Pedro II	Santa Cruz	
Soro antitetânico	Hospitais Municipais: Salgado Filho/ Souza Aguiar/Miguel Couto/Lourenço Jorge)	Méier Centro Leblon Barra da Tijuca	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável(2°C a 8°C).
Soro anti-diftérico e anti- botulismo	INI/Fiocruz	Manguinhos	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (2°C a 8°C).
Praziquantel (tratamento para esquistossomose) e Doxiciclina (tratamento para febre maculosa)	Hospital Municipal Francisco da Silva Telles	Irajá	Caixa rígida. Temperatura ambiente
Materiais específicos para coleta de exames de doenças de importância em saúde pública	Divisão de Vigilância em Saúde da CAP 3.1	Penha	A depender do tipo de material

Tabela 13. Demanda de retirada de insumos pelo Setor de Medicina Transfusional / SMT e pelo Núcleo de Hemoterapia

INSUMO	LOCAL DE RETIRADA	BAIRRO	CONDIÇÕES DE TRANSPORTE
Bolsas de sangue (SMT - IPPMG)	Hemorio	Centro	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (2°C a 8°C).
Bolsa de sangue (Unidade de Hematologia e Hemoterapia - UHH HUCFF)	Hemorio	Centro	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (2°C a 8°C).
Material irradiado (Unidade de Hematologia e Hemoterapia - UHH HUCFF)	Hemorio	Centro	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (2°C a 8°C). E caixa térmica rígida ambiente para plaquetas.
Bolsa de sangue (Unidade Hemoterapia - UHO Maternidade Escola)	Hemorio	Centro	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (2°C a 8°C).
Material	Hemorio	Centro	Caixa térmica com

irradiado (Unidade Hemoterapia - UHO Maternidade Escola)			termômetro e gelo reciclável (2°C a 8°C). E caixa térmica rígida ambiente para plaquetas.
--	--	--	---

Tabela 14. Demanda de entrega e retirada de insumos pelo Núcleo de Hemoterapia (CH-UFRJ)

INSUMO / MATERIAL	LOCAL DE RETIRADA	BAIRRO	FREQUÊNCIA	DIAS DA SEMANA E HORÁRIO	CONTEÚDO DO MATERIAL	CONDIÇÕES DE TRANSPORTE
Concentrado de hemácias (HUCFF)	Hemorio	Centro	Quando necessário	Segunda à sexta-feira, finais de semana, feriados - Quando necessário	Sangue	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (1°C a 10°C).
Concentrado de plaquetas (HUCFF)	Hemorio	Centro	Quando necessário	Segunda à sexta-feira, finais de semana, feriados - Quando necessário	Sangue	Caixa térmica com termômetro com ou sem gelo reciclável (20°C 24 a °C).
Plasma fresco congelado (HUCFF)	Hemorio	Centro	Quando necessário	Segunda à sexta-feira, finais de semana, feriados - Quando necessário	Sangue	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (temperatura igual ou inferior à temperatura de armazenamento).
Crioprecipitado (HUCFF)	Hemorio	Centro	Quando necessário	Segunda à sexta-feira, finais de semana, feriados - Quando necessário	Sangue	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (temperatura igual ou inferior à temperatura de armazenamento).
Amostra para estudo imuno-hematológico (HUCFF)	Hemorio	Centro	Quando necessário	Segunda à sexta-feira, finais de semana, feriados - Quando necessário	Sangue	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (2°C a 8°C).
Concentrado de hemácias (Maternidade Escola)	Hemorio	Centro	Quando necessário	Segunda à sexta-feira, finais de semana, feriados - Quando necessário	Sangue	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (1°C a 10°C).
Concentrado de plaquetas (Maternidade Escola)	Hemorio	Centro	Quando necessário	Segunda à sexta-feira, finais de semana, feriados - Quando necessário	Sangue	Caixa térmica com termômetro com ou sem gelo reciclável (20°C 24 a °C).
Plasma fresco congelado (Maternidade Escola)	Hemorio	Centro	Quando necessário	Segunda à sexta-feira, finais de semana, feriados - Quando necessário	Sangue	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (temperatura igual ou inferior à temperatura de armazenamento).
Crioprecipitado (Maternidade Escola)	Hemorio	Centro	Quando necessário	Segunda à sexta-feira, finais de semana, feriados - Quando necessário	Sangue	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (temperatura igual ou inferior à temperatura de armazenamento).
Amostra para estudo imuno-	Hemorio	Centro	Quando	Segunda à	Sangue	Caixa térmica com

hematológico (Maternidade Escola)			necessário	sexta-feira, finais de semana, feriados - Quando necessário		termômetro e gelo reciclável (2°C a 8°C).
Concentrado de hemácias (IPPMG)	Hemorio	Centro	Quando necessário	Segunda à sexta-feira, finais de semana, feriados - Quando necessário	Sangue	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (1°C a 10°C).
Concentrado de plaquetas (IPPMG)	Hemorio	Centro	Quando necessário	Segunda à sexta-feira, finais de semana, feriados - Quando necessário	Sangue	Caixa térmica com termômetro com ou sem gelo reciclável (20°C 24 a °C).
Plasma fresco congelado (IPPMG)	Hemorio	Centro	Quando necessário	Segunda à sexta-feira, finais de semana, feriados - Quando necessário	Sangue	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (temperatura igual ou inferior à temperatura de armazenamento).
Crioprecipitado (IPPMG)	Hemorio	Centro	Quando necessário	Segunda à sexta-feira, finais de semana, feriados - Quando necessário	Sangue	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (temperatura igual ou inferior à temperatura de armazenamento).
Amostra para estudo imuno-hematológico (IPPMG)	Hemorio	Centro	Quando necessário	Segunda à sexta-feira, finais de semana, feriados - Quando necessário	Sangue	Caixa térmica com termômetro e gelo reciclável (2°C a 8°C).

8.7.9. Fluxo de solicitação de deslocamento e atendimento das demandas de rotina e extras/avulsas para amostras extras (ITEM 1):

- a) Em caso de solicitação do serviço de moto frete para **amostras extras**, o solicitante deverá entrar em contato com a empresa por meio de telefone, e-mail, ou outro meio de comunicação. Nos casos de amostras de rotina diária, não haverá a necessidade de entrar em contato prévio com a empresa, pois o moto frete deverá ir aos locais de coleta diariamente conforme o quadro apresentado para a retirada das amostras, porém as demais etapas referem-se as duas possibilidades;
- b) Conferência e preparo da amostra biológica para o transporte, incluindo acondicionamento em embalagem adequada (caixas térmicas, isotérmicas e impermeáveis, fornecidas pela contratada e disponibilizadas nas unidades)
- c) Anexar formulário de solicitação de exame, informações sobre a amostra e documentações necessárias;
- d) Confirmação do transporte com o moto frete, garantindo que o profissional tenha habilitação e esteja autorizado para realizar o transporte do material biológico;
- e) Retirada da amostra pelo moto frete no local de origem pré determinado nesse documento ou discriminado pelo demandante, com a chegada até 20min após a solicitação;
- f) Transporte seguro até a unidade destino, respeitando tempo máximo para o transporte e normas sanitárias; A empresa deve disponibilizar para a unidade demandante um link de rastreamento de localização do moto frete;
- g) Entrega e conferência da amostra na unidade receptora (protocolo), registrando o recebimento com assinatura e carimbo do responsável;
- h) Comunicação obrigatória da empresa com a unidade de origem, para a confirmação que a amostra chegou no local de destino;

8.7.10. Modelo de execução aplicável quando o CH-UFRJ for o destino final (válido para locais discriminados nas tabelas 12 à 14):

8.7.10.1. A CONTRATANTE será responsável por fazer o acionamento e preencher o relatório e comprovante de retirada de material, conforme (Anexo IV - 57145908).

8.7.10.2. Caberá à CONTRATANTE indicar à CONTRATADA, no momento do acionamento do serviço, o tamanho adequado da caixa térmica a ser utilizada para cada transporte, considerando as características e o volume do material, devendo informar, conforme o caso, a utilização de caixa térmica de pequeno porte ou de médio porte, bem como o respectivo quantitativo.

8.7.10.3. A CONTRATADA receberá por email, ou outro meio de comunicação, o relatório constando o local de origem e demais informações.

8.7.10.4. A amostra ou o material referente ao ITEM 1 e ITEM 2, quando entregue ao profissional responsável pelo transporte no local indicado, deverá ser previamente registrado em protocolo próprio da CONTRATADA. Devendo a CONTRATADA se responsabilizar



pela conferências dos materiais e assegurar perfeitas condições de transporte.

8.7.10.5. No caso de materiais biológicos **ITEM 1**, o seu fluxo ocorrerá por meio de **sistema de transbordo de caixas térmicas e de gelos recicláveis**.

8.7.10.5.1. Nesse sistema, a Unidade detentora do material a ser transportado entregará o material biológico devidamente acondicionado em **caixa térmica contendo gelo reciclável**.

8.7.10.5.2. Cabendo à **CONTRATADA** proceder com o transbordo de caixa(s) térmica(s) e gelo(s) reciclável(is).

8.7.10.5.3. No destino, A CONTRANTE deverá, após o recebimento, realizar a entrega de **outra caixa térmica vazia, de semelhantes características técnicas**, previamente **reabastecida com gelo reciclável**, a fim de manter o sistema de troca de caixas térmicas e gelos recicláveis.

8.7.10.5.4. A CONTRATANTE fará a conferência através do relatório e comprovante de retirada de material, devidamente assinado pela CONTRATADA no ato de entrega no destino final.

8.7.10.6. Caso tenham diferentes locais de origem, diferentes dos descritos nas tabelas 12 e 13, caberá a CONTRATANTE informar previamente a CONTRATADA.

8.7.10.7. Os serviços realizados ficam sujeitos a avaliação técnica pelo contratante, sob pena de apuração de irregularidade na execução contratual.

8.7.11. Em razão de eventuais alterações futuras na infraestrutura hospitalar ou de mudanças na dinâmica de funcionamento do setor assistencial ou solicitante, poderá haver necessidade de ajustes no fluxo de deslocamento e no atendimento das demandas, os quais deverão ser previamente acordados entre as partes, sendo oportunamente comunicados, de modo a garantir a continuidade e a adequação dos serviços prestados.

#### 8.7.12. **Da Disponibilização de Motocicletas Simultâneas:**

8.7.12.1. A Contratada deverá assegurar a disponibilização de motocicletas em operação simultânea, em quantidade suficiente para atender, de forma concomitante, às demandas das unidades do Complexo Hospitalar da UFRJ/Ebserh (HUCFF, IPPMG e Maternidade Escola), conforme os fluxos de atendimento estabelecidos neste Termo de Referência e eventuais alterações decorrentes das necessidades operacionais da Contratante ao longo da vigência contratual.

8.7.12.2. A execução dos serviços deverá considerar tanto as rotinas previamente agendadas quanto as demandas extraordinárias, de modo a não haver prejuízo à continuidade, tempestividade e qualidade dos atendimentos.

8.7.12.3. A quantidade de motocicletas simultâneas deverá ser dimensionada pela Contratada com base nos fluxos operacionais descritos neste Termo de Referência, bem como em eventuais ajustes decorrentes de alterações nas rotinas, ampliação de serviços ou mudanças nas necessidades da Contratante ao longo da vigência contratual, sem ônus adicional para a Administração.

8.7.12.4. O não atendimento simultâneo das demandas das unidades será considerado falha na execução contratual, sujeitando a Contratada às sanções previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

#### 8.8. **É obrigatório que a CONTRATADA forneça crachás de identificação para todos os colaboradores alocados na execução do contrato.**

8.8.1. Deverá constar obrigatoriamente nos crachás:

- I - Formatação vertical;
- II - Logomarca da empresa;
- III - Fotografia atualizada 3x4 colorida;
- IV - Nome do funcionário em destaque.

8.8.2. Ademais, os funcionários contratados deverão estar com seus crachás nas saídas

8.8.3. Essa medida visa garantir maior segurança e transparência no controle de entrada e circulação dos prestadores de serviço em nossas instalações, além de promover um ambiente mais seguro para os nossos servidores e para o público atendido.

#### 8.9. **Recebimento e Aceitação do Objeto**

8.9.1. **No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela**, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

8.9.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

8.9.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços.

8.9.2.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando no **Termo de Recebimento Provisório** a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.9.3. **No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA**, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar o Termo de Recebimento Provisório em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

8.9.3.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo de Recebimento Provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.9.3.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do Termo ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.9.3.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como

realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

8.9.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o **Termo de Recebimento Definitivo** ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

8.9.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.9.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.9.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.9.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

## 8.10. Controle e Fiscalização da Execução

8.10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto da prestação consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do art. 161 a art. 167 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserrh 2.0.

8.10.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e da ata.

8.10.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.10.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.10.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

8.10.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

8.10.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP) ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à da Ata.

8.10.8. A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pela CONTRATANTE com o objetivo de garantir a observância dos direitos e o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como a obediência à legislação pertinente.

8.10.9. A fiscalização técnica dos da Ata avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.10.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.10.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.10.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.10.13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.10.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.10.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.10.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.10.17. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

a) A conferência do registro da quilometragem aferida para cada deslocamento realizado, de acordo com a periodicidade adequada, de acordo com o registro manual assinado pela Unidade de Transporte.

b) A verificação direta com o usuário do serviço acerca da qualidade do deslocamento, bem como das condições do veículo.

c) Outras formas de fiscalização pessoal relacionadas ao desempenho, condições e registros de viagens, conforme necessário.

d) A CONTRATADA deverá manter registro digital dos atendimentos realizados, contendo, no mínimo: data e hora da solicitação; nome e matrícula do requisitante; local de retirada e entrega; placa da motocicleta utilizada; quilometragem percorrida; e assinatura digital ou

física da entrega/coleta, quando aplicável. (Esse registro deverá ser disponibilizado à CONTRATANTE sempre que solicitado, para fins de fiscalização, conferência de pagamento e controle de qualidade).

8.10.18. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.10.19. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

8.10.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

#### 8.11. **Soluções aplicáveis em caso de perda da carga**

8.11.1. Em caso de perda, extravio, degradação, extravasamento ou qualquer outro evento que comprometa a integridade dos materiais enviados, a contratada deverá:

8.11.2. Informar imediatamente a contratante sobre o ocorrido, com detalhamento do evento, local, data e impacto estimado;

8.11.3. Realizar, sem ônus adicional para a contratante, a repetição integral do exame afetado, mediante nova coleta ou envio de material, no menor prazo possível;

8.11.4. Apresentar relatório de não conformidade, com as ações corretivas adotadas e plano de prevenção de recorrência;

8.11.5. Arcar com custos logísticos adicionais (inclusive nova coleta), quando a responsabilidade for da contratada ou de seus prepostos.

8.11.6. Na hipótese de roubo, furto ou qualquer outra ocorrência de natureza criminosa que envolva o transporte de amostras biológicas, materiais de alto valor, documentos sigilosos ou dados pessoais/sensíveis de pacientes ou da instituição, a contratada deverá:

8.11.7. Registrar boletim de ocorrência policial imediatamente após a ciência do fato;

8.11.8. Comunicar formalmente à contratante no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, com envio do boletim e relato da ocorrência;

8.11.9. Avaliar e informar sobre a possibilidade de vazamento de dados pessoais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e indicar as medidas de contenção adotadas;

8.11.10. Proceder, às suas expensas, à reposição das amostras e repetição dos exames afetados, observando a prioridade de atendimento assistencial;

8.11.11. Cooperar com apuração interna ou externa promovida pelos órgãos de controle ou pela Administração Pública.

### 9. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

#### 9.1. **Pagamento**

9.1.1. O pagamento será realizado com base na somatória dos quilômetros rodados por todas as motos, de acordo com as requisições atestadas, multiplicada pelo custo do quilômetro rodado.

9.1.1.1. Em caso de fração na quilometragem, o cálculo será proporcional com base na fração.

9.2. A nota fiscal será emitida pela CONTRATADA após os seguintes procedimentos:

9.2.1. Ao final de cada mês da execução contratual, a CONTRATADA apresentará um relatório prévio dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada de acordo com as requisições atestadas;

9.2.2. A CONTRATANTE terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da apresentação do relatório, para aprovar ou rejeitar, de acordo com as requisições atestadas, no todo ou em parte, a prestação do serviço relatado pela CONTRATADA.

9.2.3. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2.4. O valor do pagamento devido à CONTRATADA será apurado conforme especificado neste Termo de Referência, observando-se os resultados apurados pelo IMR ou instrumento equivalente.

9.2.5. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal com o valor exato dimensionado.

9.2.6. A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

9.2.7. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto da ata de registro de preços.

9.2.8. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

9.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 9.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 9.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 9.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 9.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 9.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da Ata, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 9.13. Será rescindida a Ata ou instrumento equivalente em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 9.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 9.16. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária. Para a realização do cálculo do IPCA pode ser utilizada a Calculadora do Cidadão do Banco Central (<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>).
- 9.17. **Índice de Medição de Resultados - IMR**
- 9.17.1. A comunicação entre a Contratante e a Contratada será realizada: por meio eletrônico, via e-mail, ou outro meio de comunicação.
- 9.17.2. Por meio deste título, especificará os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
- 9.17.3. Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em termo de referência;
- 9.17.4. Os indicadores de performance não vistos como meros instrumentos para penalizar a CONTRATADA, mas como forma de possibilitar a melhoria contínua dos serviços prestados.
- 9.17.5. Os resultados obtidos no Instrumento de Medição de Resultado servirá de fator redutor para o cálculo do valor a ser pago, mensalmente, da prestação do objeto da prestação, com base nas pontuações constantes dos relatórios.
- 9.17.6. Deverá ser efetuado periodicamente pela fiscalização o controle da execução dos serviços de forma a gerar relatórios referentes aos meses que foram prestados os serviços.
- 9.17.7. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.
- 9.17.8. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura da ata, cabendo ao Fiscal Técnico da Ata avaliar periodicamente a execução do objeto da prestação.
- 9.17.9. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:
- a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo Art. 177 do RLCE 2.0;
  - b) não configure descaracterização do objeto contratado.
- 9.17.10. Durante a verificação da conformidade na prestação dos serviços, deverá ser aplicado o seguinte Índice de Medição de Resultados com as seguintes regras e metodologias:

Tabela 15. Instrumento de medição de resultados (IMR)

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)	
AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	
PROCESSO Nº:	
Termo de Referência - SEI Atualizado (59410362)	SEI 23877.005983/2025-23 / pg. 20

VIGÊNCIA DA ATA		TÉRMINO: __/__/__	
ATA Nº: ____/XXXX			
OBJETO: estação de serviços de entrega e coleta de documentos, materiais e pequenas cargas, por motocicleta,			
CONTRATADA:			
SETOR:		FISCAL:	
FISCALIZAÇÃO			
INDICADORES			
CONSIDERAÇÕES E OPORTUNIDADES DE MELHORIAS			
PLANOS DE AÇÕES CORRETIVAS			
DESCRIÇÃO DO PLANO		DATA	RESPONSÁVEL
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE QUALIDADE		Nº DE INDICADORES	ÍNDICE DE QUALIDADE
			0%

**DADOS DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA:**

NOME: XXXXXXXXXXXXX

DATA: (conforme assinatura do documento)

ASSINATURA:

**DADOS DO FISCAL E GESTOR DE ATA**

GESTOR DA ATA:

DATA: (conforme assinatura do documento)

ASSINATURA:

FISCAL:

DATA: (conforme assinatura do documento)

ASSINATURA: (Assinatura Eletrônica)

FISCAL:

DATA: (conforme assinatura do documento)

ASSINATURA:

9.17.11. O cálculo do IMR será obtido por meio da aplicação da tabela abaixo:

Tabela 16. Indicador 1 do IMR

INDICADOR Nº 1 - TEMPO DE DISPONIBILIZAÇÃO DO SERVIÇO	
Item	Descrição
1. Finalidade	Garantir o atendimento do serviço no tempo previsto
2. Meta a cumprir	<p><b>Para o item 1:</b>Pelo menos 98% dos atendimento com o veículo disponibilizado no endereço de origem em até 30 (trinta) minutos após a solicitação do serviço.</p> <p><b>Para o item 2:</b> Pelo menos 95% dos atendimento com o veículo disponibilizado no endereço de origem em até30 (trinta) minutos após a solicitação do serviço.</p>
Termo de Referência - SEI Atualizado (59410362) SEI 23877.005983/2025-23 / pg. 22	

<b>3. Instrumento de medição</b>	Registros das datas e horas da solicitação de serviço e da chegada do veículo ao endereço de origem/destino.
<b>4. Forma de acompanhamento</b>	Relatórios de fiscalização da Equipe de Fiscalização do Contratado (EFC) e Relatórios disponibilizados pela CONTRATADA.
<b>5. Periodicidade</b>	Mensalmente
<b>6. Mecanismo de cálculo</b>	<p>Será calculada a porcentagem de atendimentos que atrasaram na disponibilização do veículo no endereço de origem.</p> <p>Os cálculos terão como referência os atendimentos no âmbito da CONTRATANTE.</p> <p>Parâmetro: % de atendimentos atrasados.</p> <p><b><math>X = (\text{atendimentos atrasados} / \text{total de atendimentos no mês}) * 100</math></b></p>
<b>7. Início da vigência</b>	Data de início da vigência do contrato
<b>8. Faixas de ajuste no pagamento</b>	<p><b>PARA O ITEM 1 (MATERIAIS BIOLÓGICOS):</b></p> <p>Até 2% de atendimentos atrasados - 100%</p> <p>Acima de 2% e até 3% de atendimentos atrasados 99%</p> <p>Acima de 3% e até 4% de atendimentos atrasados 98%</p> <p>Acima de 4% e até 5% de atendimentos atrasados 97%</p> <p>Acima de 5% de atendimentos atrasados - 90%</p> <p><b>PARA O ITEM 2 (MATERIAIS NÃO BIOLÓGICOS):</b></p> <p>Até 5% de atendimentos atrasados - 100%</p> <p>Acima de 5% e até 7% de atendimentos atrasados 97%</p> <p>Acima de 7% e até 9% de atendimentos atrasados 93%</p> <p>Acima de 9% de atendimentos atrasados - 90%</p>
<b>9. Observações</b>	<p>Este indicador será utilizado para adequação no pagamento devido e terá peso de 20% para cálculo do fator de ajuste no pagamento.</p> <p>As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto.</p> <p>Apresentado justificativa pela empresa contratada e aceitos pela Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP) não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa.</p> <p>De acordo com a Norma ABNT 5891:2014, aplica-se as seguintes regras de arredondamento na numeração decimal:</p> <p>I - Regra 1: Quando o algarismo a ser conservado for seguido de algarismo inferior a 5, permanece o algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores. Exemplo: 1,333 3 arredondado à primeira decimal torna-se 1,3.</p> <p>II - Regra 2: Quando o algarismo a ser conservado for seguido de algarismo superior a 5, ou igual a 5 seguido de no mínimo um algarismo diferente de zero, soma-se uma unidade ao algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores. Exemplo: 1,666 6 arredondado à primeira decimal torna-se 1,7; Exemplo: 4,850 5 arredondado à primeira decimal torna-se 4,9.</p> <p>III - Regra 3: Quando o algarismo a ser conservado for ímpar, seguido de 5 e posteriormente de zeros, soma-se uma unidade ao algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores. Exemplo: 4,550 0 arredondado à primeira decimal torna-se 4,6.</p> <p>IV - Regra 4: Quando o algarismo a ser conservado for par, seguido de 5 e posteriormente de zeros, permanece o algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores. Exemplo: 4,850 0 arredondado à primeira decimal torna-se 4,8.</p>

Tabela 17. Indicador 2 do IMR

INDICADOR Nº 2 - CONFORMIDADE NA ENTREGA	
Item	Descrição
1. Finalidade	Medir a aderência da prestação do serviço de acordo com às especificações do Termo de Referência, especialmente em relação à integridade do material transportado.
2. Meta a cumprir	<b>Para o item 1:</b> Pelo menos 98% dos transportes em conformidade. <b>Para o item 2:</b> Pelo menos 95% dos transportes em conformidade.
3. Instrumento de medição	Relatórios de <b>Não Conformidade</b> registrados pela fiscalização do Contrato (EFC), com base em <i>checklists</i> de coleta/entrega, registros de temperatura (se aplicável) e ocorrências de dano/extravio.
4. Forma de acompanhamento	Relatórios de fiscalização da Equipe de Fiscalização do Contratado (EFC) e Relatórios consolidados da CONTRATADA.
5. Periodicidade	Mensalmente
6. Mecanismo de cálculo	<p>SSerá calculada a porcentagem de atendimentos em que houve o registro de Não Conformidade (dano, extravio, erro de temperatura, falha na embalagem, etc.) no endereço de origem ou destino.</p> <p>Parâmetro: % de atendimentos não conformes.</p> <p><b>X = (atendimentos não conformes/total de atendimentos no mês)*100</b></p>
7. Início da vigência	Data de início da vigência do contrato
8. Cálculo do indicador 2	<p><b>PARA O ITEM 1 (MATERIAIS BIOLÓGICOS):</b>            Até 2% de entregas em não conformidade - 100%            Acima de 2% e até 3%de entregas em não conformidade 99%            Acima de 3% e até 4% de entregas em não conformidade 98%            Acima de 4% e até 5% de entregas em não conformidade 97%            Acima de 5% de entregas em não conformidade - 90%</p> <p><b>PARA O ITEM 2 (MATERIAIS NÃO BIOLÓGICOS):</b>            Até 5% de entregas em não conformidade - 100%            Acima de 5% e até 7% de entregas em não conformidade 97%            Acima de 7% e até 9% de entregas em não conformidade 93%            Acima de 9% de entregas em não conformidade - 90%</p>
	<p>Este indicador será utilizado para adequação no pagamento devido e terá peso de 35% para cálculo do fator de ajuste no pagamento.</p> <p>As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto.</p> <p>Apresentado justificativa pela empresa contratada e aceitos pela Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP) não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão</p>



<b>9. Observações</b>	objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa.
	<p>De acordo com a Norma ABNT 5891:2014, aplica-se as seguintes regras de arredondamento na numeração decimal:</p> <p>V - Regra 1: Quando o algarismo a ser conservado for seguido de algarismo inferior a 5, permanece o algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores. Exemplo: 1,333 3 arredondado à primeira decimal torna-se 1,3.</p> <p>VI - Regra 2: Quando o algarismo a ser conservado for seguido de algarismo superior a 5, ou igual a 5 seguido de no mínimo um algarismo diferente de zero, soma-se uma unidade ao algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores. Exemplo: 1,666 6 arredondado à primeira decimal torna-se 1,7; Exemplo: 4,850 5 arredondado à primeira decimal torna-se 4,9.</p> <p>VII - Regra 3: Quando o algarismo a ser conservado for ímpar, seguido de 5 e posteriormente de zeros, soma-se uma unidade ao algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores. Exemplo: 4,550 0 arredondado à primeira decimal torna-se 4,6.</p> <p>VIII - Regra 4: Quando o algarismo a ser conservado for par, seguido de 5 e posteriormente de zeros, permanece o algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores. Exemplo: 4,850 0 arredondado à primeira decimal torna-se 4,8.</p>

Tabela 18. Indicador 3 do IMR

<b>INDICADOR Nº 3 - APRESENTAÇÃO PESSOAL</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>1. Finalidade</b>	Medir a apresentação pessoal, o uso de vestimenta adequada, crachá de identificação e higiene pessoal compatível com a atividade executada.
<b>2. Meta a cumprir</b>	<p><b>Para o item 1:</b> Pelo menos 98% dos transportes em conformidade.</p> <p><b>Para o item 2:</b> Pelo menos 95% dos transportes em conformidade.</p>
<b>3. Instrumento de medição</b>	Relatórios de fiscalização e registros de não conformidade da EFC, com base em registros de verificação in loco
<b>4. Forma de acompanhamento</b>	Relatórios de fiscalização da Equipe de Fiscalização do Contratado (EFC) e Relatórios consolidados da CONTRATADA.
<b>5. Periodicidade</b>	Mensalmente
<b>6. Mecanismo de cálculo</b>	<p>Será calculada a porcentagem de atendimentos em que houve o registro de Não Conformidade (uso de vestimenta incompatível ou em mau estado, ausência de crachá de identificação, higiene pessoal insuficiente, aparência incompatível com a atividade exercida e etc.) no endereço de origem ou destino.</p> <p>Parâmetro: % de atendimentos não conformes.</p> <p><b>X = (atendimentos não conformes/total de atendimentos no mês)*100</b></p>
<b>7. Início da vigência</b>	Data de início da vigência do contrato

<p><b>8. Cálculo do indicador 3</b></p>	<p><b>PARA O ITEM 1 (MATERIAIS BIOLÓGICOS):</b>          Até 2% de entregas em não conformidade - 100%          Acima de 2% e até 3% de entregas em não conformidade 99%          Acima de 3% e até 4% de entregas em não conformidade 98%          Acima de 4% e até 5% de entregas em não conformidade 97%          Acima de 5% de entregas em não conformidade - 90%</p> <p><b>PARA O ITEM 2 (MATERIAIS NÃO BIOLÓGICOS):</b>          Até 5% de entregas em não conformidade - 100%          Acima de 5% e até 7% de entregas em não conformidade 97%          Acima de 7% e até 9% de entregas em não conformidade 93%          Acima de 9% de entregas em não conformidade - 90%</p>
<p><b>9. Observações</b></p>	<p>Este indicador será utilizado para adequação no pagamento devido e terá peso de 15% para cálculo do fator de ajuste no pagamento.</p> <p>As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto.</p> <p>Apresentado justificativa pela empresa contratada e aceitos pela Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP) não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa.</p> <p>De acordo com a Norma ABNT 5891:2014, aplica-se as seguintes regras de arredondamento na numeração decimal:</p> <p>IX - Regra 1: Quando o algarismo a ser conservado for seguido de algarismo inferior a 5, permanece o algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores.          Exemplo: 1,333 3 arredondado à primeira decimal torna-se 1,3.</p> <p>X - Regra 2: Quando o algarismo a ser conservado for seguido de algarismo superior a 5, ou igual a 5 seguido de no mínimo um algarismo diferente de zero, soma-se uma unidade ao algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores.          Exemplo: 1,666 6 arredondado à primeira decimal torna-se 1,7;          Exemplo: 4,850 5 arredondado à primeira decimal torna-se 4,9.</p> <p>XI - Regra 3: Quando o algarismo a ser conservado for ímpar, seguido de 5 e posteriormente de zeros, soma-se uma unidade ao algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores.          Exemplo: 4,550 0 arredondado à primeira decimal torna-se 4,6.</p> <p>XII - Regra 4: Quando o algarismo a ser conservado for par, seguido de 5 e posteriormente de zeros, permanece o algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores.          Exemplo: 4,850 0 arredondado à primeira decimal torna-se 4,8.</p>

Tabela 19. Indicador 4 do IMR

<p><b>INDICADOR Nº 4 - RESPOSTA ÀS DEMANDAS</b></p>	
<p><b>Item</b></p>	<p><b>Descrição</b></p>
<p><b>1. Finalidade</b></p>	<p>Medir o atendimento às demandas. Consideram-se demandas: solicitações operacionais, esclarecimentos, ajustes de rota, registros de ocorrências e demais comunicações formais realizadas pela CONTRATANTE.</p>
<p><b>2. Meta a cumprir</b></p>	<p><b>Para o item 1:</b> Pelo menos 98% dos transportes em conformidade.  <b>Para o item 2:</b> Pelo menos 95% dos transportes em conformidade.</p>
<p><b>3. Instrumento de medição</b></p>	<p>Relatórios de fiscalização e registros de não conformidade da EFC, com base nos registros das demandas da CONTRATANTE, considerando prazos, tempos de resposta e efetivo atendimento das solicitações.</p>

<b>4. Forma de acompanhamento</b>	Relatórios de fiscalização da Equipe de Fiscalização do Contratado (EFC) e Relatórios consolidados da CONTRATADA.
<b>5. Periodicidade</b>	Mensalmente
<b>6. Mecanismo de cálculo</b>	<p>Será calculada a porcentagem de atendimentos em que houve o registro de Não Conformidade (atraso ou ausência de resposta, respostas incompletas ou imprecisas, descumprimento de prazos acordados, falta de registro das solicitações e falhas de comunicação com a CONTRATANTE. e etc.) no endereço de origem ou destino.</p> <p>Parâmetro: % de atendimentos não conformes.</p> <p><b>X = (atendimentos não conformes/total de atendimentos no mês)*100</b></p>
<b>7. Início da vigência</b>	Data de início da vigência do contrato
<b>8. Cálculo do indicador 3</b>	<p><b>PARA O ITEM 1 (MATERIAIS BIOLÓGICOS):</b>  Até 2% de entregas em não conformidade - 100%  Acima de 2% e até 3% de entregas em não conformidade 99%  Acima de 3% e até 4% de entregas em não conformidade 98%  Acima de 4% e até 5% de entregas em não conformidade 97%  Acima de 5% de entregas em não conformidade - 90%</p> <p><b>PARA O ITEM 2 (MATERIAIS NÃO BIOLÓGICOS):</b>  Até 5% de entregas em não conformidade - 100%  Acima de 5% e até 7% de entregas em não conformidade 97%  Acima de 7% e até 9% de entregas em não conformidade 93%  Acima de 9% de entregas em não conformidade - 90%</p>
<b>9. Observações</b>	<p>Este indicador será utilizado para adequação no pagamento devido e terá peso de 15% para cálculo do fator de ajuste no pagamento.</p> <p>As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto.</p> <p>Apresentado justificativa pela empresa contratada e aceitos pela Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP) não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa.</p> <p>De acordo com a Norma ABNT 5891:2014, aplica-se as seguintes regras de arredondamento na numeração decimal:</p> <p>XIII - Regra 1: Quando o algarismo a ser conservado for seguido de algarismo inferior a 5, permanece o algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores.  Exemplo: 1,333 3 arredondado à primeira decimal torna-se 1,3.</p> <p>XIV - Regra 2: Quando o algarismo a ser conservado for seguido de algarismo superior a 5, ou igual a 5 seguido de no mínimo um algarismo diferente de zero, soma-se uma unidade ao algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores.  Exemplo: 1,666 6 arredondado à primeira decimal torna-se 1,7;  Exemplo: 4,850 5 arredondado à primeira decimal torna-se 4,9.</p> <p>XV - Regra 3: Quando o algarismo a ser conservado for ímpar, seguido de 5 e posteriormente de zeros, soma-se uma unidade ao algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores.  Exemplo: 4,550 0 arredondado à primeira decimal torna-se 4,6.</p> <p>XVI - Regra 4: Quando o algarismo a ser conservado for par, seguido de 5 e posteriormente de zeros, permanece o algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores.  Exemplo: 4,850 0 arredondado à primeira decimal torna-se 4,8.</p>

Tabela 20. Indicador 5 do IMR

**INDICADOR Nº 5 - COMPORTAMENTO ADEQUADO**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>1. Finalidade</b>	Medir o comportamento do funcionário. Considera-se comportamento cordial e adequado o tratamento respeitoso, linguagem apropriada, postura profissional e cumprimento das normas da CONTRATANTE.
<b>2. Meta a cumprir</b>	<b>Para o item 1:</b> pelo menos 98% dos transportes em conformidade. <b>Para o item 2:</b> pelo menos 95% dos transportes em conformidade.
<b>3. Instrumento de medição</b>	Relatórios de fiscalização e registros de não conformidade da EFC, com base em observações e registros de ocorrências relacionadas à conduta e à postura do funcionário.
<b>4. Forma de acompanhamento</b>	Relatórios de fiscalização da Equipe de Fiscalização do Contratado (EFC) e Relatórios consolidados da CONTRATADA.
<b>5. Periodicidade</b>	Mensalmente
<b>6. Mecanismo de cálculo</b>	<p>Será calculada a porcentagem de atendimentos em que houve o registro de Não Conformidade (tratamento desrespeitoso, uso de linguagem imprópria, postura antiética ou pouco profissional e descumprimento das normas e orientações da CONTRATANTE. ) no endereço de origem ou destino.</p> <p>Parâmetro: % de atendimentos não conformes.</p> <p><b>X = (atendimentos não conformes/total de atendimentos no mês)*100</b></p>
<b>7. Início da vigência</b>	Data de início da vigência do contrato
<b>8. Cálculo do indicador 3</b>	<p><b>PARA O ITEM 1 (MATERIAIS BIOLÓGICOS):</b>  Até 2% de entregas em não conformidade - 100%  Acima de 2% e até 3% de entregas em não conformidade 99%  Acima de 3% e até 4% de entregas em não conformidade 98%  Acima de 4% e até 5% de entregas em não conformidade 97%  Acima de 5% de entregas em não conformidade - 90%</p> <p><b>PARA O ITEM 2 (MATERIAIS NÃO BIOLÓGICOS):</b>  Até 5% de entregas em não conformidade - 100%  Acima de 5% e até 7% de entregas em não conformidade 97%  Acima de 7% e até 9% de entregas em não conformidade 93%  Acima de 9% de entregas em não conformidade - 90%</p>
	<p>Este indicador será utilizado para adequação no pagamento devido e terá peso de 15% para cálculo do fator de ajuste no pagamento.</p> <p>As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto.</p> <p>Apresentado justificativa pela empresa contratada e aceitos pela Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP) não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa.</p> <p>De acordo com a Norma ABNT 5891:2014, aplica-se as seguintes regras de arredondamento na numeração decimal:</p>

<b>9. Observações</b>	<p>XVII - Regra 1: Quando o algarismo a ser conservado for seguido de algarismo inferior a 5, permanece o algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores.</p> <p>Exemplo: 1,333 3 arredondado à primeira decimal torna-se 1,3.</p> <p>XVIII - Regra 2: Quando o algarismo a ser conservado for seguido de algarismo superior a 5, ou igual a 5 seguido de no mínimo um algarismo diferente de zero, soma-se uma unidade ao algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores.</p> <p>Exemplo: 1,666 6 arredondado à primeira decimal torna-se 1,7;</p> <p>Exemplo: 4,850 5 arredondado à primeira decimal torna-se 4,9.</p> <p>XIX - Regra 3: Quando o algarismo a ser conservado for ímpar, seguido de 5 e posteriormente de zeros, soma-se uma unidade ao algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores.</p> <p>Exemplo: 4,550 0 arredondado à primeira decimal torna-se 4,6.</p> <p>XX - Regra 4: Quando o algarismo a ser conservado for par, seguido de 5 e posteriormente de zeros, permanece o algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores.</p> <p>Exemplo: 4,850 0 arredondado à primeira decimal torna-se 4,8.</p>
-----------------------	--

Tabela 21. IMR final

<b>IMR FINAL</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>1. Finalidade</b>	Mensurar a qualidade do serviço prestado pela Contratada.
<b>2. Meta a cumprir</b>	<b>Para o item 1:</b> Taxa de efetividade acima de 98% <b>Para o item 2:</b> Taxa de efetividade acima de 95%
<b>3. Instrumento de medição</b>	Constatação dos indicadores.
<b>4. Forma de acompanhamento</b>	Pessoal. Pela equipe de fiscalização contratual
<b>5. Periodicidade</b>	Mensalmente
<b>6. Mecanismo de cálculo</b>	$IMR = (0,20 \times \text{Indicador 1}) + (0,35 \times \text{Indicador 2}) + (0,15 \times \text{Indicador 3}) + (0,15 \times \text{Indicador 4}) + (0,15 \times \text{Indicador 5})$
<b>7. Início da vigência</b>	A partir da data de início da vigência do contrato
<b>8. Faixas de ajuste no pagamento</b>	<p><b>PARA O ITEM 1:</b>  <math>1 \leq IMR \leq 0,98</math> : 100%;  <math>0,98 &lt; IMR \leq 0,96</math> : 99%;  <math>0,96 &lt; IMR \leq 0,94</math> : 98%;  <math>0,94 &lt; IMR \leq 0,92</math> : 97%;  <math>IMR &lt; 0,92</math>: 90%.</p> <p><b>PARA O ITEM 2:</b>  <math>1 \leq IMR \leq 0,95</math> : 100%;  <math>0,95 &lt; IMR \leq 0,93</math> : 97%;  <math>0,93 &lt; IMR \leq 0,91</math> : 93%;  <math>IMR &lt; 0,91</math>: 90%.</p> <p>Índices aplicáveis ao valor mensal da fatura.</p>
<b>9. Observações</b>	O IMR será utilizado para adequação do pagamento devido.

9.17.12. O resultado da avaliação de qualidade e atendimento contratual sempre será acompanhado de considerações e sugestão de plano de ações corretivas pela fiscalização da Ata visando orientar a contratada para a melhoria contínua.

9.17.13. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

9.17.14. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura da ata, cabendo ao Fiscal Técnico avaliar periodicamente a execução do objeto da prestação.

9.17.15. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.17.15.1. não produziu os resultados acordados;

9.17.15.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

9.17.15.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.17.15.4. O Instrumento de Medição de Resultados (IMR), compreendendo os Indicadores de Desempenho, as Metas a Cumprir e os

Parâmetros de Medição e de Ajuste no Pagamento, poderá ser atualizado, alterado ou substituído, por iniciativa da CONTRATANTE, durante a vigência contratual, desde que haja justificativa técnica devidamente motivada, formalização em processo administrativo próprio e observância da legislação vigente.

9.17.15.5. Fica vedada a alteração do IMR com a finalidade de favorecer a CONTRATADA, de suavizar penalidades sem fundamento técnico, em razão de desempenho insatisfatório recorrente, por mera conveniência administrativa ou sem a devida motivação e formalização, hipóteses que poderão caracterizar irregularidade e ensejar a responsabilização do gestor.

9.17.15.6. A alteração visa aprimorar a aferição da qualidade e da eficiência da execução do objeto contratual, em alinhamento com as necessidades supervenientes da Administração, o desenvolvimento tecnológico do mercado ou as alterações nas regulamentações técnicas e sanitárias.

9.17.15.7. Qualquer alteração no IMR será formalizada por Apostilamento (Art. 171, § 4º do RLCE 2.0), desde que:

- Não haja modificação do valor global inicial do contrato;
- Seja respeitado o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado, assegurando-se que as alterações sejam precedidas de comunicação formal e prazo razoável para adequação da CONTRATADA.

## 10. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. A forma de seleção do fornecedor se dará por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, de acordo com inciso IV, art. 4º do RLCE 2.0 e pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, tendo sido demonstrada a existência de uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto 11.462/2023.

## 11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

### 11.1. Critério de Julgamento

11.1.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e seus anexos quanto às especificações do objeto.

### 11.2. Intervalo entre Lances

11.2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,75%.

### 11.3. Modo de Disputa

11.3.1. O modo de disputa adotado para este certame será **ABERTO E FECHADO**, observado as especificações contidas no instrumento convocatório.

## 12. INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO OU A ESTIMATIVA DETALHADA DOS PREÇOS REFERENCIAIS

12.1. O custo estimado da contratação ficará mantido em sigilo a teor do art. 34, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e art. 7º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserrh (RLCE 2.0), ao qual foi aberto processo de precificação 23877.008721/2025-11.

## 13. DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 13.1. Das Obrigações da Contratante

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

13.1.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e anexos;

13.1.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e anexos;

13.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

13.1.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

c) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

13.1.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto da Ata;

13.1.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

13.1.10. Arquivar, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, Atas e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

13.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

13.1.12. Os materiais biológicos deverão ser devidamente acondicionados e embalados de forma a garantir sua integridade, Termo de Referência - SEI Atualizado (59410362) SEI 23877.005983/2025-23 / pg. 30

rastreadabilidade e preservação durante o transporte, em conformidade com a RDC nº 504/2021 da ANVISA, bem como, no que couber, com a RDC nº 34, de 11 de junho de 2014, e demais normas sanitárias aplicáveis.

13.1.13. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade.;

13.1.14. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste contrato;

## 13.2. **Das Obrigações da Contratada**

13.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da ata, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.2.4. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;

13.2.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor e com as exigências de qualificação técnica constante neste Termo de Referência;

13.2.5.1. Deverá manter os veículos limpos, em condições de uso, e com a manutenção em dia;

13.2.5.2. Deverá disponibilizar os veículos no local e condições especificados pela CONTRATANTE;

13.2.5.3. Deverá arcar com os custos e gestão relacionados à manutenção, ao abastecimento e à disponibilização dos veículos, bem como dos gastos e disponibilização dos motociclistas;

13.2.5.4. Deverá manter um canal de comunicação rápida e eficaz com os motoristas e com a CONTRATANTE;

13.2.5.5. Deverá observar demais obrigações previstas neste Termo de Referência e no Contrato Administrativo;

13.2.5.6. Deverá fornecer os veículos de acordo com as especificidades dimensionadas no Termo de Referência e no Contrato Administrativo;

13.2.5.7. Deverá utilizar veículos próprios ou financiados que deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação, limpeza e segurança e portar os equipamentos obrigatórios exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;

13.2.5.8. Deverá disponibilizar veículos com apólice de seguro total (incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material);

13.2.5.9. Deverá ser responsável por todas as despesas com os veículos de sua propriedade, inclusive por aquelas relativas a combustíveis, manutenção, acidentes, multas, pedágio, impostos, estacionamentos privados, taxas, licenciamentos, e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade.

13.2.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.2.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da Ata, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017;

13.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela Ata, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

13.2.9. Comunicar ao Fiscal da ata, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.2.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.2.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.2.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência da Ata.

13.2.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

13.2.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.2.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

13.2.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de

quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.2.17. Manter, durante toda a vigência da ata, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2.18. Manter, durante toda a vigência da Ata, a regularidade da empresa junto ao Cadin (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal). Conforme art. 20 da Lei n.º 14.973/2024 e art. 6º da Lei 10.522/2002, a existência de registro no Cadin, constitui fator impeditivo para: (i) realização de operações de crédito que envolvam a utilização de recursos públicos, (ii) concessão de incentivos fiscais e financeiros, (iii) celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos.

13.2.19. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, preposto ou representantes, dolosa ou culposamente, à administração ou a terceiros.

13.2.20. Fornecer chachá de identificação para todos os colaboradores alocados na execução do contrato, conforme especificado nesse Termo de Referência, sempre que aplicável;

13.2.21. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

13.2.22. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

13.2.23. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução da Ata, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13.3. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

13.4. Repor no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer objeto/utensílios do Hospital Universitário e/ou de terceiros, que tenha sido danificado pelo uso inadequado ou extraviado por seus empregados.

13.5. Enviar documentos e atender às solicitações da CONTRATANTE quando necessário em tempo hábil.

13.6. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, no momento da assinatura do contrato, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

13.6.1. O preposto deverá comparecer sempre que for convocado pela Administração, devendo se apresentar à fiscalização do Contrato.

13.6.2. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

13.6.3. A CONTRATANTE poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.6.4. A CONTRATADA deve instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração do CH-UFRJ/Ebserh, inclusive no que se refere ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

13.6.5. A CONTRATADA deve orientar o seu preposto a cumprir as seguintes atribuições, no mínimo:

13.6.5.1. Planejar e organizar os serviços com a CONTRATANTE, para obter maior eficiência e o melhor atendimento das demandas;

13.6.5.2. Responder às demandas da CONTRATANTE relativas ao contrato;

13.6.5.3. Realizar o controle dos relatórios de deslocamento, junto à USG, com o objetivo de cumprir o contrato;

13.6.5.4. Zelar pelo cumprimento das normas previstas no contrato e Termo de Referência;

13.6.5.5. Relatar ao gestor do contrato e à fiscalização do contrato, de forma imediata, toda e qualquer irregularidade observada nos serviços prestados;

13.6.5.6. Manter sigilo sobre documentos elaborados e assuntos tratados;

13.6.5.7. Ter conhecimento de suas atribuições e dos funcionários da CONTRATADA, de acordo com as orientações da fiscalização da CONTRATANTE;

13.6.5.8. Informar-se das possíveis ocorrências nos horários não cobertos pela fiscalização;

13.6.5.9. Orientar os profissionais quanto aos procedimentos de segurança e emergências em casos de sinistros diversos, tais como incêndio, acidentes e outros, em conformidade com as orientações e normas da CONTRATANTE e das legislações aplicáveis;

13.6.5.10. Acompanhar o desempenho dos profissionais contratados em relação às habilidades técnicas e comportamentais, encaminhando as demandas de treinamento e capacitação à empresa contratada;

13.6.5.11. Executar outras atribuições e atividades afins que lhe forem determinadas.

13.7. Atender aos chamados para deslocamento em até 30 (trinta) minutos contados da confirmação de recebimento da demanda.

13.8. Assegurar a apresentação pessoal dos funcionários de acordo com parâmetros mínimos, higiene pessoal compatível com a atividade executada, bem como assegurar a utilização de vestuário adequado. Sugere-se que sejam fornecidos aos funcionários os seguintes itens de vestuário, minimamente:

Tabela 22. Especificações do vestuário dos funcionários

<b>Id</b>	<b>Item</b>	<b>Especificação</b>
<b>1</b>	Calça	Cor: Preta; Material: jeans, sarja, linho ou modelo equivalente



<b>2</b>	Camisa	Cor: Branca; Material: linho, poliéster, algodão ou modelo equivalente; sem estampa ou com o logo da empresa
<b>3</b>	Sapato	Cor: Preta; tênis ou equivalente
<b>4</b>	Suéter	Cor: Preta
<b>5</b>	Jaqueta	Cor: Preta

13.9. Assegurar o comportamento adequado dos funcionários quando na prestação do serviço, devendo atender aos padrões mínimos de cordialidade, cortesia, educação e comportamento profissional condizentes com a natureza do serviço a ser prestado.

13.9.1. Compete, ainda, ao motorista e, no que couber, à CONTRATADA:

13.9.1.1. Conduzir o veículo com segurança, obedecendo às regras de trânsito previstas no Código Nacional de Trânsito vigente.

13.9.1.2. Efetuar inspeção geral do veículo, previamente ao atendimento das demandas, quanto ao que segue:

13.9.1.2.1. Documentação do veículo;

13.9.1.2.2. Níveis de óleo, água e combustível;

13.9.1.2.3. Funcionamento de freios;

13.9.1.2.4. Sistema elétricos, luminosos e sonoros;

13.9.1.2.5. Tensão da correia do motor;

13.9.1.2.6. Estado geral da bateria;

13.9.1.2.7. Marcador de temperatura do motor;

13.9.1.2.8. Possíveis vazamentos;

13.9.1.2.9. Presença de fumaça anormal no sistema de escapamento;

13.9.1.2.10. Fixação e estado do escapamento;

13.9.1.2.11. Ruídos anormais;

13.9.1.2.12. Eventuais peças soltas em geral;

13.9.1.2.13. Fixação e estado dos para-choques;

13.9.1.2.14. Funcionamento dos limpadores de para-brisa;

13.9.1.2.15. Calibragem e estado de conservação dos pneus e estepe;

13.9.1.2.16. Arranhões e amassados na cabine e carroceria;

13.9.1.2.17. Limpeza geral externa e interna do veículo;

13.9.1.2.18. Ajuste do banco e cinto de segurança;

13.9.1.2.19. Ajustes dos espelhos retrovisores;

13.9.1.2.20. Quaisquer outras checagens que garantam a segurança e confiabilidade dos veículos para os deslocamentos a serem atendidos.

13.9.1.3. Os motoristas da CONTRATADA deverão estacionar corretamente os veículos nos locais destinados ao estacionamento de carros do local de origem ou de destino, a fim de evitar transtornos.

13.9.1.4. Os motoristas da CONTRATADA deverão, quando em deslocamento, utilizar o cinto de segurança, bem como exigir a utilização correta do cinto de segurança pelos passageiros.

13.9.1.5. O condutor do veículo deverá se ater em escolher percurso mais racional e econômico para atendimento da "Requisição de Transporte", limitando o deslocamento do veículo somente aos locais que estão identificados na requisição. E, ainda, seguir as orientações da CONTRATANTE quanto aos caminhos mais racionais e econômicos, quando houver.

13.9.1.6. Os motoristas da CONTRATADA deverão executar outras atividades, que sejam necessárias para plena execução do serviço, de acordo com a determinação da Equipe de Fiscalização.

13.9.1.7. É vedado o transporte de valores nos veículos, tais como: moeda corrente nacional ou estrangeira, vales de refeição ou transporte, joias ou similares.

13.10. É dever da CONTRATADA e, conseqüentemente, do motorista, assegurar o pleno funcionamento dos veículos e a segurança dos usuários e motoristas no deslocamento.

## 14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

14.1.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o objeto contratado;

14.1.2. **Multa de:**

14.1.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

14.1.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período

superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

- 14.1.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 14.1.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do objeto da execução, conforme detalhamento constante das **tabelas 23 e 24**, abaixo; e
- 14.1.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 14.1.3. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh**, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 14.1.4. A sanção prevista no subitem 13.1.1 poderá ser aplicada à Contratada juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 14.1.5. A sanção prevista no subitem 13.1.3 poderá ser aplicada à Contratada juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 14.1.6. Considerando o princípio da razoabilidade, as sanções de advertência e suspensão não podem ser aplicadas concomitantemente.
- 14.2. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 23 e 24:

Tabela 23: PERNCTUAL DIÁRIO DAS SANÇÕES

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do objeto da execução
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do objeto da execução
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do objeto da execução
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do objeto da execução
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do objeto da execução

Tabela 24: Detalhamento das infrações

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	MODO	GRAU
1	Deixar de indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, caso aplicável	Por ocorrência	1
2	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados	Por dia	3
3	Possuir administrador ou sócio que seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh	Por ocorrência	5
4	Deixar de prestar esclarecimentos, quando solicitados	Por ocorrência	1
5	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência, Ata ou Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas	Por ocorrência	2
6	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização	Por ocorrência	2
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	Por dia	3
8	Deixar de cumprir o prazo do atendimento técnico ou não prestá-lo em acordo neste Termo de Referência	Por ocorrência	4
9	Deixar de manter documentos de habilitação exigidos neste documento, anexos ou por legislação específica	Por ocorrência	4
10	Deixar de entregar documentos de qualificação técnica exigidos neste documento, anexos ou por legislação específica	Por ocorrência	4
11	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador	Por ocorrência	2
12	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	Por ocorrência	5
13	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço	Por ocorrência	1
14	Deixar de Providenciar treinamento para seus funcionários	Por ocorrência	1
15	Atraso na apresentação da garantia, carta fiança, seguro, seguro garantia ou caução em dinheiro, caso exigido nesta contratação	Por ocorrência	3

- 14.3. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
- 14.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 14.3.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- 14.3.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 14.3.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 14.3.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 14.3.8. não mantiver a proposta;
- 14.3.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.3.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

14.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

14.5.1. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

14.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.10. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicafe. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

## **15. GARANTIA DA EXECUÇÃO (DO CONTRATO)**

15.1. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do total Contrato, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

15.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

15.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 184 do RLCE 2.0.

15.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

15.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 15.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 15.5.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 15.5.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 15.5.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

15.6. Será considerada extinta a garantia:

- 15.6.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 15.6.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

15.7. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

15.8. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## **16. GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO**

16.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA**

17.1. A contratação está alinhada à Política Ambiental da Ebserh, aprovada pela Resolução-SEI nº 196, de 16 de dezembro de 2022, e publicada no Boletim de Serviço da Sede nº 1456, de 16 de dezembro de 2022, que prevê entre os seus objetivos "incentivar e promover ostensivamente a inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade ambiental e social aplicáveis nos processos de contratação para aquisição de bens e serviços, de modo claro e objetivo", e contempla critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica, observando para cada tipo de objeto, as normas previstas no art. 5º do RLCE 2.0:

Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;

II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

VII - vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.

Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.

17.2. Além disso, devem ser adotados os seguintes atos de logística sustentável, previstos no art. 202 do RLCE 2.0:

Art. 202. As unidades da Ebserh devem adotar os seguintes atos de logística sustentável com reflexo em seus procedimentos de contratação:

I - adotar práticas de racionalização com o objetivo de melhoria da qualidade do gasto público e contínua busca por economicidade e primazia na gestão dos processos;

II - adotar práticas de sustentabilidade com o objetivo de construir um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades e contratações da unidade;

III - coordenar o fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;

IV - implementar estratégias que garantam a padronização dos processos de trabalho, como a implantação de protocolos assistenciais, procedimentos operacionais padrão e fluxos padronizados, visando à redução de custos e o desenvolvimento das dimensões da qualidade;

V - elaborar Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS no âmbito da unidade, instruindo e designando Comitê Gestor do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPLS;

VI - relatar à Administração Central da Ebserh as boas práticas realizadas sob a diretriz da gestão sustentável para subsidiar a elaboração do relatório anual de sustentabilidade da empresa.

17.3. A Política de Compras da Rede Ebserh (2ª versão) também estimula a realização de compras sustentáveis, conforme os critérios de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social apresentados no art. 17:

Art. 17. As compras em Rede deverão observar critérios de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social por meio dos seguintes aspectos:

I - uso racional de insumos através da padronização de produtos e bens que apresentam melhor custo benefício e responsabilidade ambiental;

II - análise do ciclo de vida do objeto (produção, distribuição, uso e disposição) para determinar a vantajosidade da contratação;

III - priorizar, sempre que possível, contratações que fortaleçam o desenvolvimento regional e local e que promovam a inclusão social; e

IV - buscar produtos e serviços que agreguem eficiência e uso racional no consumo de bens com baixo impacto sobre os recursos naturais, como fontes de energia, água e resíduos.

17.4. No que tange às práticas de sustentabilidade, o art. 7º, inciso XI, da Lei n.º 12.305/2010, estabelece que nas aquisições e contratações governamentais deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

17.5. Cumpre destacar, quanto aos critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de serviços, as previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) n.º 01/2010:

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I - use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III - Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII - preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

17.6. Ademais, adotará as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental, de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e o Painel da Parte Específica do referido guia.

17.6.1. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de **ruídos** fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

17.6.2. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de **emissão de poluentes** provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

17.7. Por mais, para a presente contratação, vislumbra-se que há observância dos critérios de sustentabilidade social e econômica. A social se revela com a adoção de práticas que garantem equidade, inclusão e melhoria na qualidade de vida da sociedade por meio da oferta e acesso dignos a serviços de saúde. No presente caso, esta contratação resguarda os direitos sociais dos usuários do SUS, tendo em vista garantir a prestação de serviço de empresa especializada na prestação de serviços de entrega e coleta de documentos, materiais e pequenas cargas, por motocicleta, a fim de atender as necessidades do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CH-UFRJ/Ebserh).

17.8. Por fim, quanto a sustentabilidade econômica, observa-se que esta é adotada nesta contratação, pois observa-se uma gestão eficiente com os recursos econômicos os direcionando para desenvolvimento intersetorial equilibrado.

## 18. CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES

### 18.1. Condições gerais

18.2. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para apresentação das propostas.

18.3. Os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante aplicação do índice **IPCA/IBGE**, exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após o interregno mínimo de 1 (um) ano da data limite para apresentação da proposta.

18.4. Cada reajuste subsequente terá interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir do efeito do reajuste anterior.

### 18.5. Procedimentos para reajuste

18.6. A CONTRATANTE deverá consultar formalmente a CONTRATADA sobre eventual renúncia ao direito de reajuste ou redução do percentual aplicável.

18.7. Caso haja atraso ou não divulgação do índice, será aplicado o último índice conhecido, com posterior acerto.

18.8. A CONTRATADA deverá apresentar **memória de cálculo do reajuste** sempre que ocorrer.

18.9. O índice utilizado para aferições finais será obrigatoriamente o definitivo.

18.10. Se o índice deixar de existir ou não puder ser usado, será adotado novo índice oficial conforme legislação vigente ou por consenso entre as partes, mediante termo aditivo.

## 19. DIVULGAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Nos termos do art. 89, § 5º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0), a divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) poderá ser dispensada, desde que haja justificativa nos autos.

19.2. No presente caso, optou-se pela dispensa da divulgação da IRP em razão da urgência na contratação. A urgência foi ratificada pela área assistencial, que dimensionaram a criticidade da demanda, cuja ausência compromete o ciclo laboratorial, a segurança transfusional e a assistência ininterrupta aos pacientes.

19.3. Tal deliberação ratifica a necessidade premente do serviço para a continuidade das atividades hospitalares, alinhando a contratação com o objetivo estatutário da empresa.

19.4. A dispensa da IRP, portanto, está devidamente justificada com fundamento no art. 89, § 2º, do RLCE 2.0, resguardando os princípios da legalidade, da razoabilidade e da continuidade do serviço público.

## 20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. Em se tratando de registro de preços, faz-se desnecessária a previsão dos recursos orçamentários para fazer frente às despesas que se pretende assumir, nos termos do art. 17, do Decreto nº Decreto 11.462/2023.

## 21. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

### 21.1. Da Subcontratação

21.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### 21.2. Do consórcio

21.2.1. Não será aceito o consórcio, tendo em vista que o consórcio somente se demonstra adequado quando não há empresas isoladas capazes de atender às exigências editalícias. Isto porque as coligações despersonalizadas ocorrem quando cada consorciado, por razão técnica ou econômica, não detém capacidade individual de fornecer o objeto licitado.

21.2.2. A participação ou vedação de consórcio é resultado de um processo de avaliação do levantamento da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado. No presente caso, a equipe de planejamento visualizou que há diversas empresas singulares capazes de atender ao edital. Portanto, possibilitar a participação de empresas consorciadas acarretaria diminuição da competitividade e impossibilitaria a contratação da proposta mais vantajosa possível para a Administração Pública.

## 22. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

22.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da Ata.

## 23. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

23.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

- 23.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- 23.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- 23.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- 23.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- 23.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;
- 23.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- 23.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

23.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

- 23.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;
- 23.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;
- 23.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- 23.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

## 24. MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

24.1. A Lei 13.320/2016 Art. 42, Inciso X, define que matriz de riscos é cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, sendo somente obrigatória nas contratações de execução de obras e serviços de engenharia, pelos regimes de contratação semi-integrada e integrada, sendo facultativa nos demais casos.

## 25. DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

25.1. Considerando as orientações constantes no Ofício - SEI nº 73/2019/SCC/CAD/DAI-EBSERH [1530660], que trata da Concessão de Adesão a Ata de Registro de Preços - Acórdão TCU nº 3.353/2019 - 1ª Câmara, poderá ser concedida adesão à Ata de Registro de Preços quando o órgão ou entidade for contemplado pela Lei nº 13.303/2016 ou pertencer à Rede Ebserh, conforme preconiza o art. 89, § 1º, § 2º e § 3º do Regulamento de Licitações e Contratos Ebserh (RLCE):

*§ 1º Poderá aderir ao sistema referido no caput, seja por participação na origem da licitação ou adesão à ata de registro de preços, qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016.*

*§ 2º As unidades hospitalares da Ebserh que operam Unidades Gestoras vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior podem aderir ao SRP da Ebserh durante o período de transição de gestão para a Unidade Gestora da Ebserh*

*§ 3º As licitações no âmbito do SRP serão preferencialmente precedidas do procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, com prioridade para participação de outras unidades hospitalares da Ebserh.*

25.2. De acordo com o art. 92 do RLCE 2.0 "A concessão de adesão a uma ata de registro de preços firmada pela Ebserh demanda a solicitação prévia de remessa de estudo, elaborado pelo órgão ou entidade que pretende aderir à ata, demonstrando ganho de eficiência, viabilidade e economicidade nessa contratação".

A diretriz de apreciação do estudo prévio do órgão que pretende aderir à ata de registro de preços está contida no Acórdão TCU nº 3.353/2019 - 1ª Câmara, direcionado à Ebserh:

*"9.3.2. como órgão gerenciador, somente admita futuras adesões ao Grupo 1 da ata de registro de preços resultante do Pregão Eletrônico 4/2018, por outros órgãos e entidades não participantes, se estiverem devidamente justificadas, mediante a realização de estudo que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade na utilização da ata de registro de preços".*

25.3. Diante do exposto e com vistas a implementar o fortalecimento e cooperação entre a rede e os Hospitais que compõe a Ebserh, estendendo-se para os demais órgãos submetidos ao regime das estatais, considerando ainda a vantajosidade para a Administração Pública, no tempo em que uma adesão à ata é um processo menos moroso que um processo licitatório comum.

25.4. O CH-UFRJ/EBSERH admitirá adesão à Ata de Registro de Preços quando o órgão ou entidade requisitante for contemplado pela Lei nº 13.303/2016 ou pertencer à Rede Ebserh, sempre mediante apresentação de estudo, elaborado pelo órgão ou entidade que pretende aderir à ata, demonstrando ganho de eficiência, viabilidade e economicidade nessa contratação em consonância com o art. 92 do RLCE 2.0.

## 26. DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento de Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração Pública, bem como integra o processo administrativo e tem os anexos abaixo como parte integrante:

26.2. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

26.3. Anexo I - Declaração de Opção de Dispensa de Vistoria (51361208);

26.4. Anexo II Declaração de realização de vistoria (51361248);

- 26.5. Anexo III - Modelo Planilha de Cálculo Instrumento de Medição de Resultado (57047926);
- 26.6. Anexo IV - Modelo Relatório e Comprovante de Retirada de Material (57145908).
- 26.7. O presente documento segue assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, pela autoridade da Área Requisitante e pela autoridade responsável pela aprovação da conveniência e oportunidade.

### **EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

Integrante Coordenador : Elisabete Corrêa de Medeiros - Chefe da Unidade de Suporte Operacional 2 - SIAPE 143\*\*\*\*;  
Integrante Requisitante : Clara de Araújo Rodrigues - Assistente Administrativo - SIAPE 108\*\*\*\*;  
Integrante Requisitante: Raquel Lopes da Ressurreição Matias - Analista Administrativo - Gestão Hospitalar - SIAPE 341\*\*\*\*;  
Integrante Técnico: Geremias Januário dos Reis - Chefe da Unidade de Suporte Operacional 1 - SIAPE 037\*\*\*\*;  
Integrante Administrativo: Gabriela de Faria Vilela - Assistente Administrativo - SIAPE 346\*\*\*\*.

Portaria nº 1122/2025, de 11 de dezembro de 2025 (Doc. SEI nº 56157862)

1. De acordo.

2. Diante da necessidade dos serviços exposta e da manifestação da área técnica, corroboro a avaliação de que a prestação de serviços de entrega e coleta de documentos, materiais e pequenas cargas, por motocicleta, a fim de atender as necessidades do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CH-UFRJ/Ebserh), inclusive quanto a forma de seleção de fornecedor, representa a alternativa mais factível para suprir à realidade de demandas e as necessidades do CH-UFRJ/Ebserh;

3. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos;

4. Encaminhe-se à Unidade de Licitações para continuidade da instrução processual.

5. À Superintendência Administrativa

(assinado eletronicamente)

**Cláudia Lopes de Souza**

Superintendente Administrativa Substituta  
Portaria nº 3104, de 19 de dezembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Clara de Araújo Rodrigues, Assistente Administrativo**, em 27/03/2026, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Lopes de Souza, Superintendente, Substituto(a)**, em 27/03/2026, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geremias Januário dos Reis, Chefe de Unidade**, em 27/03/2026, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA DE FARIA VILELA, Assistente Administrativo**, em 30/03/2026, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elisabete Corrêa de Medeiros, Chefe de Unidade**, em 10/04/2026, às 08:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **59410362** e o código CRC **56B44F5B**.

**Referência:** Processo nº 23877.005983/2025-23 SEI nº 59410362